



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2015



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL**

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN/TCU N° 63/2010, da Decisão Normativa TCU n° 134/2013, da Portaria TCU n° 90, de 16 de Abril de 2014, e das orientações do órgão de controle interno.

**BRASÍLIA-DF
MARÇO/2015**

SUMÁRIO

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	2
INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
1.2 Finalidade e Competências Institucionais do CENSIPAM	11
1.3 Organograma Funcional.....	12
1.4 Macroprocessos finalísticos da UJ, com a indicação dos principais produtos e serviços.....	18
2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	22
2.1 Estrutura de Governança	22
2.2 Sistema de Correição.....	23
2.3 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	24
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	27
3.1 Canais de Acesso do Cidadão	27
3.2 Cartas de Serviços ao Cidadão	27
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	28
3.4 Acesso às informações da unidade.....	28
3.5 Avaliação do desempenho da unidade	29
3.6 Medidas relativas à acessibilidade	29
4 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	30
4.1 Planejamento da Unidade.....	30
4.1.1 Informações sobre as estratégias adotadas para atingir os objetivos estratégicos de 2014	31
4.2 Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados	31
4.2.1.1 Análise Situacional	32
4.2.2 Ações	37
4.2.2.1 Análise Crítica	38
4.3 Informações sobre outros resultados da gestão	39
4.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional	40
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	41
5.1 Execução das despesas	41
5.1.1 Programação das despesas	41
5.1.1.1 Análise Crítica	42
5.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	42
5.1.3 Realização da Despesa.....	44
5.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários - Totais	44
5.1.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Executados Diretamente.....	45
5.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos originários - Totais.....	45
5.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Originários – Executados diretamente	46
5.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação	47
5.1.3.6 Despesas totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	47
5.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa	48
5.2 Despesas com ações de publicidade	49
5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	50
5.3.1 Análise Crítica	50
5.4 Transferências de Recursos	50
5.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício	50
5.4.2 Qtdade de Instrumentos de Transf Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	52
5.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas as Transferências.....	52
5.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	53
5.4.5 Análise Crítica	54
5.5 Suprimento de Fundos.....	57
5.5.1 Concessão de Suprimento de Fundos.....	57
5.5.2 Utilização de Suprimento de Fundos	57
5.5.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos	57
5.5.4 Análise crítica	58
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	59
6.1 Estrutura de pessoal da unidade	59
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	59
6.1.1.1 Lotação	59
6.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva.....	59
6.1.1.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	60
6.1.1.4 Análise Crítica	60

6.1.2	Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho	61
6.1.3	Custo de Pessoal da UJ	62
6.1.4	Riscos Identificados na Gestão de Pessoas	62
6.1.5	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	62
6.2	Contratação de mão de obra de apoio e de Estagiários	63
6.2.1	Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	63
6.2.2	Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	64
6.2.3	Análise Crítica	65
6.2.4	Contratação de Estagiários.....	65
7	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	67
7.1	Gestão da Frota de veículos Próprios e Contratados de Terceiros	67
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	69
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	69
7.2.2	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	70
7.2.2.1	Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	70
7.2.2.2	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União.....	70
7.2.3	Análise Crítica	74
8	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO CONHECIMENTO.....	76
8.1	Gestão da tecnologia da informação (TI)	76
9	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	78
9.1	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	78
10	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	79
10.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	79
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	79
10.1.2	Deliberação do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	79
10.2	Tratamento de Recomendações do OCI	80
10.2.1	Deliberações do OCI atendidas no exercício	81
10.2.2	Deliberações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	83
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93	83
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	84
10.3.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	84
10.4	Alimentação SIASG E SICONV	84
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	85
11.1	Medidas Adotadas de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas NBCA ao Setor Público.....	85
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	85
11.2	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	86
11.3	Conformidade Contábil	87
11.4	Declaração do contador atestando conformidades das demonstrações contábeis.	89
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	14
QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICO	14
QUADRO A.2.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	24
QUADRO A.4.2.1 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA	31
QUADRO A.4.2.2 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS	37
QUADRO A.5.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	41
QUADRO A.5.1.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA	43
QUADRO A.5.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA	44
QUADRO A.5.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	44
QUADRO A.5.1.3.2 – DESPESAS EXECUTADAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	45
QUADRO A.5.1.3.3 – DESPESAS GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	46
QUADRO A.5.1.3.4 – DESPESAS GRUPO E ED – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUÇÃO UG 110511	46
QUADRO A.5.1.3.5 – DESPESAS MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	47
QUADRO A.5.1.3.6 – DESPESAS GRUPO E ED – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	47
QUADRO A.5.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE	49
QUADRO A.5.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	50
QUADRO A.5.4.1 – INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	51
QUADRO A.5.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	52
QUADRO A.5.4.3 – PC SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ	52
QUADRO A.5.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PC DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	53
QUADRO A.5.5.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	57
QUADRO A.5.5.2 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	57
QUADRO A.5.5.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SF NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	57
QUADRO A.6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	59
QUADRO A.6.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	59
QUADRO A.6.1.1.3 – ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS.....	60
QUADRO A.6.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL	62
QUADRO A.6.2.1 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	63
QUADRO A.6.2.2 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	64
QUADRO A.6.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	66
QUADRO A.7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	69
QUADRO A.7.2.2.1 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	70
QUADRO A.7.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	70
QUADRO A.8.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014.....	77
QUADRO A.9.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL.....	78
QUADRO A.10.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	79
QUADRO A.10.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES.....	79
QUADRO A.10.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	81
QUADRO A.10.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES	83
QUADRO A.10.3.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ	84
QUADRO A.10.4 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	84
QUADRO A.11.4 - DECLARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO.....	89

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
AEB – Agência Espacial Brasileira
ADEGEP - Assessoria de Desenvolvimento em Gestão de Pessoas
ANA – Agência Nacional de Águas
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ASCOM – Assessoria de Comunicação
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento/ Fundo Amazônia
CCG - BSB – Centro de Coordenação Geral - Brasília
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
C&T – Ciência e Tecnologia
CGAFI – Coordenação-Geral de Administração e Finanças
CGIIN – Coordenação-Geral de Integração Institucional
CGINT – Coordenação-Geral de Inteligência
CGMAT – Coordenação-Geral de Manutenção
CGOPE – Coordenação-Geral de Operações
CGTIC – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação
CICCIA – Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais
CICCON – Centro Integrado de Combate ao Narcotráfico
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COINT – Coordenação de Inteligência
COFIN – Coordenação de Orçamento e Finanças
COLIC – Coordenação de Licitações e Contratos
COMSE – Coordenação de Manutenção de Sensores
CONCAR – Comissão Nacional de Cartografia
CONSIPAM – Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
CONSISBIN – Conselho do Sistema Brasileiro de Inteligência
COPAL – Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado
COPER – Coordenação Operacional
COSEG – Coordenação de Serviços Gerais
CR-BE – Centro Regional de Belém - PA
CR-MN – Centro Regional de Manaus - AM
CR-PV – Centro Regional de Porto Velho – RO
DIGER – Diretoria Geral
DIPRO – Diretoria de Produtos
DIRAF – Diretoria de Administração e Finanças
DITEC – Diretoria Técnica
DISBIN – Diretoria do Sistema Brasileiro de Inteligência (ABIN)
DN – Decisão Normativa
EB – Exército Brasileiro
ED – Elemento de Despesa
FAB – Força Aérea Brasileira
GEI – Grupo Executivo Interministerial
GPis – Gerenciamento de Pistas
LOA – Lei Orçamentária Anual
MD – Ministério da Defesa
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCI – Órgão de Controle Interno
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual
PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PROAE – Programa de Monitoramento de Áreas Especiais
RDSS – *Radio DeterminationSatellite Service* (Estação Transportável de Comunicações Satelitais)
SECONSIPAM - Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPlan– Sistema de informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SPO – Setor Policial
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
TC – Termo de Cooperação
TCU – Tribunal de Contas da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
VSAT – *Very Small Aperture Terminal*(Terminal de comunicação de pequena abertura)

INTRODUÇÃO

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) foi criado em 17 de abril de 2002 com objetivo de promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Subordinado à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, conforme Inciso I do art. 52 do Decreto nº 7.974/2013, o órgão utiliza uma complexa infraestrutura tecnológica composta por subsistemas integrados de sensoriamento remoto, radares, estações meteorológicas e terminais de usuários remotos para integrar informações e gerar conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações do governo na Amazônia Legal. O Censipam propõe, acompanha, implementa e executa as políticas, diretrizes e ações do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), sendo responsável por sua gestão. Dessa forma, as atividades individualizadas, realizadas por diversos órgãos e agentes governamentais, passaram a ser compartilhadas, favorecendo a disseminação de conhecimento e evitando a duplicidade de ações.

A atual estrutura do Censipam é constituída por três Centros Regionais (CRs), localizados em Belém/PA, Manaus/AM e Porto Velho/RO e um Centro de Coordenação Geral (CCG) em Brasília/DF. Cada Centro Regional possui uma área de abrangência dentro da região amazônica, o que proporciona a cobertura global da área protegida pelo Sistema. O CR de Belém tem como área de abrangência os Estados do Amapá, Pará, Tocantins e a parcela do Maranhão incluída na Amazônia Legal. O CR de Manaus é responsável pelos Estados do Amazonas e Roraima. Os Estados de Acre, Rondônia e Mato Grosso são atendidos pelo CR de Porto Velho.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM (UG 110511), CCG/BSBS, na condição de gestor do SIPAM executa toda a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, cabendo aos Centros Regionais de Belém (UG 110586), Manaus (UG 110573) e Porto Velho (UG110572) somente a gestão patrimonial de seus bens, dentro de suas competências.

Desde sua criação, o Censipam tem elaborado suas ações com foco no desenvolvimento e proteção da Amazônia Legal, tendo como objetivos estratégicos:

Missão Promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento.

Visão Ser referência nacional e internacional na geração, integração, disponibilização e utilização de conhecimento aplicado ao ambiente amazônico.

Na elaboração e organização do presente Relatório foram seguidas as orientações previstas no anexo único da Portaria-TCU nº 90, de 16 de abril de 2014, fazendo-se necessário os seguintes esclarecimentos:

Deixam de ser contempladas no presente relatório, por não aplicarem-se a esta Unidade Jurisdicionada (UJ), as informações previstas nos seguintes itens da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013:

Item 2.2 – Atuação da unidade de auditoria interna.

Item 2.5 – Remuneração Paga a Administradores.

Item 4 – Ambiente de Atuação.

Item 6.8 – Gestão de Precatório.

Item 8.3 – Bens Imóveis Locados de Terceiros.

Item 12.5 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

Item 12.6 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.

Item 12.7 – Composição Acionária das Empresas Estatais.

Item 12.8 – Relatório de Auditoria Independente.

Os itens abaixo relacionados, embora sejam aplicáveis a UJ, no exercício de 2014, não há conteúdos a serem declarados.

- Item 5.5 - Informações sobre custos de produtos e serviços.
- Item 6.3 – Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.
- Item 6.7 – Renúncia sob a Gestão da UJ.
- Item 7.3 – Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigente (elisão do dano).
- Item 10.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.
- Item 12 – Outras Informações sobre a Gestão.

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013.

1. CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			
Denominação abreviada: CENSIPAM			
Código SIORG: 044072	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 110511
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-600
Telefones/Fax de contato:	(61) 3214 – 0201	(61) 3214 – 0233	(61) 3214 - 0255
Endereço Eletrônico: gabinete@sipam.gov.br			
Página na Internet: http://www.sipam.gov.br			
Endereço Postal: SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - 70.610 - 200 – Brasília - DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº de 18 de outubro de 1999 – Dispõe sobre o conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSIPAM e dá outras providências.			
- Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002 – Transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências;			
- Decreto nº 5.283, de 24 de novembro de 2004 - Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002, que transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências (Revogado pelo Decreto 6.615/2008);			
- Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011 – Dispõe sobre a transferência do Centro Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa. (Anexo I revogado pelo Decreto 7.430/2011).			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 4.736, de 11 de junho de 2003 – Dispõe sobre as condições para a concessão das Gratificações Temporárias Sipam - GTS, criadas pelo art. 15 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, destinadas a servidores requisitados ou designados pela Casa Civil da Presidência da República para desempenho de atividades no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM;			
- Decreto nº 5.135, de 8 de julho de 2004 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências (nova redação do art. 14 do anexo I através do Decreto 6.726/2009);			
- Decreto nº 6.615, de 24 de outubro de 2008 – Altera o Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências;			
- Decreto nº 6.726, de 13 de janeiro de 2009 – Dá nova redação ao art. 14 do Anexo I ao Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências;			

- Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011 – Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores – DAS, das gratificações em exercícios em cargos de confiança e das gratificações de representação pelo exercício de função da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, altera dispositivos do decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 e das outras providências. Lei nº 10.667 de 14 de maio de 2003 – Altera dispositivos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cria cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências (Gratificações Temporárias Sipam – GTS);
- Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa;
- Portaria nº 626/Casa Civil/PR de 12 de setembro de 2008 – Delega competência ao Diretor Geral do Censipam para praticar atos de contratação de pessoal técnico por tempo determinado de acordo com a legislação vigente.
- Portaria nº 857/MD de 28 de março de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para praticar atos de concessão e cessação de Gratificação Temporária Sipam (GTS).
- Portaria nº 865/Seori/MD de 30 de março de 2012 – Delega competência ao Diretor Geral do Censipam para adotar providências relativas a realização de concurso público.
- Portaria Normativa nº 1.708/MD de 27 de junho de 2012 – Aprova os procedimentos a serem adotados no que concerne a concessão de diária e passagem.
- Portaria nº 2.289/Censipam/MD de 27 de agosto de 2012 – Constitui a Comissão de Coordenação do Projeto de Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia. Revoga a Portaria nº 630/Censipam/MD de 30 de março de 2011.
- Portaria nº 3.125/Seori/MD de 23 de novembro de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para autorizar a concessão de diária e passagem.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Não há

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
110511	CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
110572	CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO
110573	CENTRO REGIONAL DE MANAUS
110586	CENTRO REGIONAL DE BELÉM

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
00001	TESOURO NACIONAL

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110511	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais do CENSIPAM

OSIPAM gera produtos e serviços de interesse estratégico das instituições governamentais e das comunidades amazônicas, usando como base os documentos produzidos nos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho. Os dados são avaliados, tratados, difundidos e integrados, transformando-se em informações seguras capazes de ampliar enormemente o conhecimento e orientar as políticas públicas para a região.

Através do Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002, a Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – SECONSIPAM, passou a denominar-se Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.

Conforme definido no Art. 42 do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 compete à instituição:

I - subsidiar o Ministro de Estado da Defesa e a Secretaria-Geral nos assuntos de sua competência;

II - propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia- Consipam;

III - fomentar e realizar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;

IV - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM;

V - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área;

VI - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM;

VII - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM;

VIII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;

IX - secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao Consipam;

X - encaminhar as recomendações do Consipam aos Ministérios e demais órgãos e entidades interessados;

XI - articular-se com órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal e entidades não governamentais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do Consipam, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições;

XII - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do SIPAM, anualmente ou quando solicitado;

XIII - implementar e operacionalizar as diretrizes do Consipam relacionadas com o S;

XIV - coordenar ações relativas aos programas e projetos afetos ao SIPAM definidos pelo Consipam;

XV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade;

XVI - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições; e.

XVII - exercer as atividades de administração do patrimônio, de telecomunicações e de tecnologia da informação inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional do Consipam.

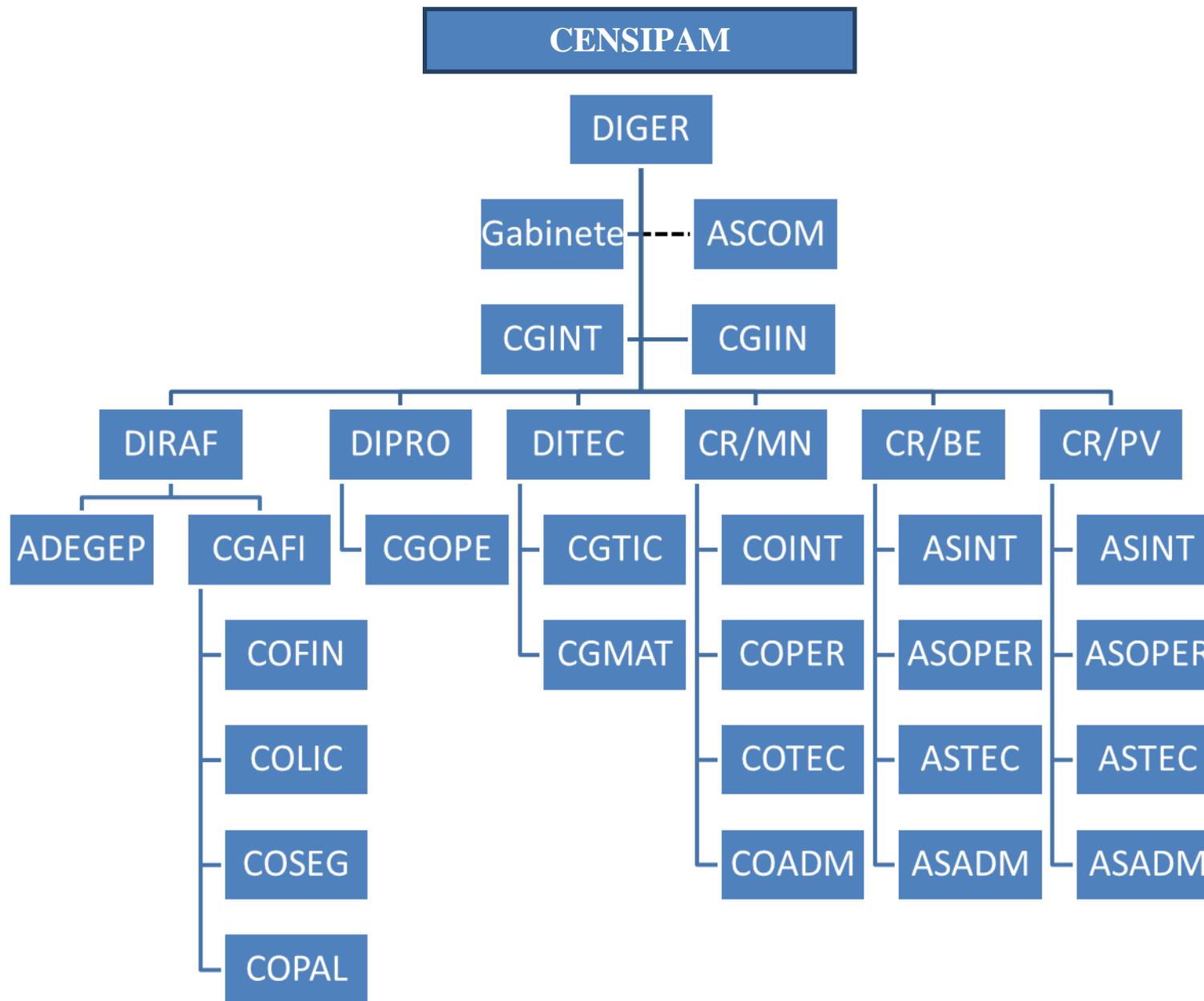
Os Objetivos Estratégicos do Consipam estão descritos no item 4 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE constante deste Relatório.

1.3 Organograma Funcional

O Organograma funcional do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM é apresentado de acordo com o anexo I do Decreto Nº 7.974, de 1º de abril de 2013, e necessidades do órgão considerando ainda, o Regime Interno previsto no anexo XI.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO CENSIPAM

Decreto Nº 7.974, de 1º de abril de 2013.



O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM possui 216 cargos/gratificações conforme o anexo I do Decreto Nº 7.974, de 1º de abril de 2013 e um quadro funcional efetivo de 284 cargos da Carreira de Ciência e Tecnologia, sendo 179 analistas e 105 assistentes, redistribuídos pela Portaria MPOG nº. 2.434, de 10 de setembro 2010.

No ano de 2012 foi autorizado e realizado o concurso público, (conforme Portaria MPOG nº. 74, de 8 de março de 2012), para nomeação de 40 servidores do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, os quais tomaram posse em 2013.

Por meio da Portaria MPOG nº. 49, de 18 de fevereiro de 2014 foi autorizada a nomeação de mais dezenove candidatos, conforme prevê o Decreto nº. 6.944/2009, sendo que dezoito candidatos tomaram posse e entraram em exercício. Atualmente o quadro de servidores efetivos da Carreira de Ciência e Tecnologia é composto de cinquenta e dois Analistas em C&T, uma vez que seis pediram vacância e um candidato não tomou posse.

Ainda no ano de 2014 foi encaminhado ao Ministério de Planejamento e Gestão solicitação para autorização de concurso de 105 vagas nos cargos de Assistente em C&T e 127 vagas de Analista em C&T, não autorizada até a presente data.

QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria Geral (DIGER subordinada à Secretaria Geral/MD)	Propor, acompanhar, implementar e executar as Políticas, diretrizes e ações voltadas para o SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSIPAM.	Rogério Guedes Soares	Diretor-Geral	08/05/2009
Gabinete (GAB subordinado à DIGER)	Assessorar o Diretor-Geral, elaborando e acompanhando a pauta de audiências e de trabalho, manter contatos com outros órgãos e autoridades e dar andamento aos processos, correspondências e documentos sujeitos à decisão do Diretor-Geral.	Laura de Britto Perdigão de Souza	Chefe-de-Gabinete	13/09/2012
Assessoria de Comunicação (ASCOM subordinada à DIGER)	Assessorar o Diretor-Geral nas resoluções de questões de comunicação social relacionadas às atividades desenvolvidas pelo SIPAM, elaboração do plano de comunicação do SIPAM, e auxílio na definição da política de comunicação dos Centros Regionais.	Carla Viviane de Oliveira	Assessor	11/09/2008
Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT subordinada à DIGER)	Assessorar o Diretor-Geral propondo diretrizes, planejando, coordenando e implementando ações relativas à atividade de inteligência e contra inteligência no âmbito das unidades organizacionais do Censipam.	Ricardo Augusto Silvério dos Santos	Coordenador-Geral	25/04/2013
Coordenação-Geral de Integração Institucional (CGIIN subordinada à DIGER)	Coordenar, propor, implementar e avaliar a integração e articulação das unidades do Censipam com outros órgãos da Administração Pública e entidade não	Gustavo Roevenstruk Nacif	Coordenador-Geral	02/09/2013

	governamentais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Geral, além de assistir o Diretor Geral no âmbito de sua atuação.			
Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF subordinada à DIGER)	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos de gestão de pessoal, administrativa, financeira e patrimonial referentes às unidades organizacionais do Censipam, observadas as competências dos demais órgãos e unidades do Ministério da Defesa; Gerir os recursos orçamentários e financeiros disponibilizados ao Censipam; Elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; e Designar gestores contratuais no âmbito das unidades do Censipam.	José Henrique Moraes Madeira	Diretor	20/01/2012
Assessoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (ADEGEP subordinada à DIRAF)	Planejar, executar e avaliar a política de desenvolvimento de pessoal da instituição além de assessorar o Diretor de Administração e Finanças no âmbito de sua atuação.	Sara Cardoso Silva	Assessor	25/06/2012
Coordenação-Geral de Administração e Finanças (CGAFI subordinada à DIRAF)	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor de Administração e Finanças no âmbito de sua atuação.	Vângela Monteiro de Sá Rabêlo	Coordenador-Geral	05/03/2014
Coordenação de Orçamento e Finanças (COFIN subordinada à CGAFI)	Acompanhar a execução orçamentária, dos créditos adicionais e das atividades relacionadas com o PPA, operacionalizar os atos e fatos de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial por meio do SIAFI.	Sheila Marques dos Santos	Coordenador	11/06/2014
Coordenação de Serviços Gerais (COSEG subordinada à CGAFI)	Executar os serviços relacionados a protocolo, arquivo, telefonia, transporte e demais serviços auxiliares.	Antônia Alves Assad	Coordenador	06/07/2012
Coordenação de Licitações e Contratos (COLIC subordinada à CGAFI)	Executar as atividades relacionadas às licitações e a execução dos contratos, além do acompanhamento do trabalho dos fiscais.	Rafael Antônio Milani Silva	Coordenador	18/09/2013

Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (COPAL subordinada à CGAFI)	Controlar as atividades de recebimento guarda e distribuição dos bens permanentes e de material de consumo; Executar inventário físico e financeiro dos bens patrimoniais e manter controle dos bens considerados inservíveis, propondo sua destinação mais adequada.	Dimitri de Moura Iwanow	Coordenador	30/10/2008
Diretoria Técnica (DITEC subordinada à DIGER)	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos de operacionalidade, modernização e segurança da infraestrutura tecnológica e dos recursos operacionais referentes às unidades organizacionais do Censipam.	Cristiano da Cunha Duarte	Diretor	30/10/2008
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC subordinada à DITEC)	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor Técnico no âmbito de sua atuação.	Rafael Pinto Costa	Coordenador-Geral	01/06/2010
Coordenação Geral de Manutenção (CGMAT subordinada à DITEC)	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor Técnico no âmbito de sua atuação.	José Álvaro da Costa Donato	Coordenador-Geral	07/03/2013
Diretoria de Produtos (DIPRO subordinada à DIGER)	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos, referentes às unidades organizacionais do Censipam para: a) sistematização e fornecimento de informações operacionais; b) aquisição de dados, imagens e informações; e c) planejamento, normatização e avaliação de projetos e atividades operacionais; Elaborar relatórios e pareceres sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos afetos à sua área de atuação, anualmente ou quando solicitados pelo Diretor-Geral; Planejar e coordenar a utilização dos sensores e antenas do SIPAM e definir os produtos decorrentes; Recepcionar demandas dos órgãos parceiros por meio das áreas de sistematização de informações.	Péricles Riograndense Cardim da Silva	Diretor	10/06/2013
Coordenação Geral de Operações (CGOPE subordinada à DIPRO)	Planejar e Coordenar as atividades operacionais do Censipam, além de assistir o Diretor de Produtos no âmbito de sua atuação.	Eristelma Teixeira de Jesus Barbosa Silva	Coordenador-Geral	02/07/2013
Gerência do Centro Regional de Manaus	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de	Bruno da Gama Monteiro	Gerente	11/06/2007

(subordinada à DIGER)	produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.			
Coordenação de Inteligência (GERÊNCIA/MN)	Coordenar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Sandro Sales de Oliveira	Coordenador	31/12/2009
Coordenação Técnica (GERÊNCIA/MN)	Coordenar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Francisco Isaias Vieira Alves João	Coordenador	1806/2013
Coordenação Operacional (GERÊNCIA/MN)	Coordenar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação	Paula Edna de Almeida Conceição	Coordenador	26/02/2013
Coordenação de Administração (GERÊNCIA/MN)	Coordenar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Joseane Mary de Queiroz Nascimento	Coordenador	30/10/2008
Gerência do Centro Regional de Belém (subordinada à DIGER)	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.	Carlos Alberto Ribeiro de Freitas	Gerente	07/03/2008
Assessoria de Administração (GERÊNCIA/BE)	Assessorar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Rosa Helena Jacob Pinheiro	Assessor	09/05/2008
Assessoria de Inteligência (GERÊNCIA/BE)	Assessorar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Francisco Alves dos Santos	Assessor	21/05/2013
Assessoria Técnica (GERÊNCIA/BE)	Assessorar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Luiz Fernando Machado de Oliveira e Souza	Assessor	13/02/2014
Assessoria Operacional (GERÊNCIA/BE)	Assessorar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no	Eduardo da Silva Santos	Assessor	08/04/2013

	âmbito de sua atuação.			
Gerência do Centro Regional de Porto Velho (subordinada à DIGER)	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Geral. Assistir a Diretoria Geral no âmbito de sua atuação.	Jose Neumar Morais da Silveira	Gerente	17/09/2004
Assessoria de Inteligência (GERÊNCIA/PV)	Assessorar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional e assessorar a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Tokio Nakashima Filho	Assessor	22/01/2013
Assessoria Técnica (GERÊNCIA/PV)	Assessorar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Técnica, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Zeno Rodrigues Viana Filho	Assessor	27/10/2006
Assessoria Operacional (GERÊNCIA/PV)	Assessorar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Ana Cristina Santos Strava Correa	Assessor	09/08/2012
Assessoria de Administração (GERÊNCIA/PV)	Assessorar as atividades administrativas no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerencia Regional no âmbito de sua atuação.	Andrea Batista de Oliveira Sá	Assessor	11/07/2013

1.4 Macroprocessos finalísticos da UJ, com a indicação dos principais produtos e serviços

O CENSIPAM possui três macroprocessos finalísticos.

Macroprocesso: Monitoramento Ambiental e Territorial na Região Amazônica

Este macroprocesso engloba quatro processos:

1) Previsão meteorológica de tempo e clima.

Este processo tem como dados de entrada as imagens de satélites meteorológicos e ambientais, os dados dos radares meteorológicos e das estações meteorológicas de superfície. Em seguida estas informações são tratadas e analisadas gerando os boletins de tempo e clima para região.

2) Emissão de alertas e boletins Hidrometeorológicos.

Este processo tem como dados de entrada os modelos digitais das cidades ribeirinhas, os dados de fluxo e vazão dos rios e os dados meteorológicos de chuva. Em seguida estas informações são tratadas e analisadas gerando os alertas e boletins técnicos para região.

3) Análise da dinâmica de uso e ocupação por sensoriamento remoto.

Este processo tem como dados de entrada imagens óticas e de radar de abertura sintéticas aéreas e orbitais. Em seguida estas imagens são tratadas e analisadas gerando mapas temáticos para aplicações em planejamento e intervenção.

4) Desenvolvimento do Banco de Dados do SIG Fundiário de Municípios do Nordeste Paraense

Este processo tem como dados de entrada as informações existentes nos cartórios e nos órgãos que atuam na regularização fundiária e na fiscalização dos conflitos pela terra. Em seguida estes dados são organizados em banco de dados estruturado, com vistas a subsidiar a resolução de conflitos pelas instituições competentes.

MACROPROCESSO: Monitoramento Ambiental e Territorial na Região Amazônica		
PROCESSO	PRODUTO OU SERVIÇO	RESULTADOS EM 2014
Previsão meteorológica de tempo e clima	Boletins e previsões de tempo e clima	141.330 boletins/previsões elaborados.
Emissão de alertas e boletins Hidrometeorológicos	Alertas e boletins técnicos	3.456 Alertas/Boletins elaborados.
Análise da dinâmica de uso e ocupação por sensoriamento remoto	Análise de imagens aéreas e orbitais para elaboração de mapas temáticos de: desmatamento, identificação de ilícitos, de risco, de suscetibilidade, potenciais hídricos, sedimentação dos rios, entre outros.	5.916.214,23 km ² analisados.
Desenvolvimento do Banco de Dados do SIG Fundiário de Municípios do Nordeste Paraense	Imóveis cadastrados e especializados	33.035 imóveis cadastrados; e 5.083 imóveis especializados.

Macroprocesso: Apoio ao combate a ilícitos na Região Amazônica

A CGINT participa como representante do Censipam, no SISBIN, no Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado com ênfase ao Narcotráfico (CICCON), na Comissão de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA), no Grupo Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente (GGI-MA), junto à Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR) e em apoio aos órgãos federais de combate aos crimes e ilícitos na Amazônia Legal.

Os Relatórios de Inteligência foram produzidos de acordo com a doutrina do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), em proveito dos órgãos integrantes do mesmo e tendo como referência o Decreto nº 4872, de 06/11/2003 (integração ao SISBIN) e o Decreto nº 7424/11 (transferência do Censipam da Casa Civil para o Ministério da Defesa). No ano de 2014 a Coordenação Geral de Inteligência teve como resultado de suas atividades no decorrer do ano a produção de 674 (seiscentos e setenta e quatro) Produtos de Inteligência.

Com a utilização da ferramenta de Planejamento e Controle, o CENSIPAM apoia os órgãos do Governo Federal e Estadual, no combate aos ilícitos ambientais e narcotráfico, utilizando as tecnologias disponíveis, como: terminais de VSAT (equipamento de comunicação via satélite), que facilitam a ligação de comando e controle entre os órgãos nas Operações; equipes de auxílio ao Planejamento e Controle de Operações, Sistemas de Gerenciamento de Pista, IDSeg (software de mineração de dados) e equipamento Radar Saber M60; tudo com a finalidade de proporcionar a tomada de decisão do órgão competente para execução da missão preestabelecida pela autoridade competente. No ano de 2014 a Coordenação Geral de Inteligência participou de 18 Operações de apoio realizadas compondo a célula de Inteligência e de Planejamento e Controle dos órgãos do Governo Federal e Estadual na Amazônia Legal.

Macroprocesso: Comunicação via Satélite para apoiar políticas públicas na Região Amazônica

O principal óbice para apoio de comunicação via Satélite aos parceiros do SIPAM é a manutenção do parque distribuído na região, pois muitos se encontram em localidades inóspitas e completamente desprovidas de outro meio de comunicação confiável, que demanda equipe mobilizada e recursos para diárias, passagens e material de consumo.

A instalação e a manutenção de terminais são realizadas através de planejamento e logística próprios do CENSIPAM, que organiza durante o exercício, a execução de diversas missões de campo, exclusivas para atendimento a este parque de equipamentos.

Os resultados do exercício foram: 18 terminais instalados, 23 terminais retirados, 12 terminais realocados, 90 polarizações e 67 manutenções realizadas.

Vale ressaltar que o trabalho de polarização consumiu recursos humanos e financeiros significativos, devido à urgência estabelecida pela StarOne tendo em vista a interferência que os terminais estavam causando em outros clientes do satélite. Além disso, o número de manutenções por falha em equipamentos tem crescido, principalmente, devido ao desgaste pelo uso prolongado, pois muitos foram adquiridos em 2010.

Principais insumos

Recursos humanos para compor equipes de manutenção e recursos financeiros para diárias, passagens e aquisição de material de consumo e permanente para manutenção do parque de antenas.

Principais fornecedores

StarOne S/A – Fornecedora do segmento espacial do satélite StarOne C1 que viabiliza a banda de comunicação para as mais de 540 terminais.

Gilat do Brasil S/A – Fornecedora de todos os equipamentos, desde a HUB (equipamento central de controle) até as VSAT (terminal de comunicação com antena), bem como fornecedora de serviço de suporte e garantia dos equipamentos.

Principais parceiros externos à unidade

Ministério do Desenvolvimento Social: parceria para disponibilização de 176 terminais de comunicação para viabilizar o Cadastro Único em localidades extremamente carentes da Amazônia, com rateio de despesas referentes à manutenção e disponibilização desses terminais.

Exército Brasileiro: cooperação para disponibilização de militares para compor equipe conjunta de manutenção, otimizando custos e prazos de atendimento.

Tribunal de Justiça do Amazonas: mais de 60 terminais para viabilizar o Programa de Justiça Digital no Amazonas, permitindo o trâmite online de processos que antes levavam semanas para tramitar da comarca ao tribunal.

QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICO

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Monitoramento Ambiental e Territorial na Região Amazônica	Produção de dados e informações meteorológicas, climáticas, hidrometeorológicas e de sensoriamento remoto para a proteção da Amazônia, por meio de recursos próprios, tais como aeronaves de sensoriamento remoto, redes de sensores e radares meteorológicos, rede de comunicação de dados, além de insumos provenientes de contratos e parcerias.	Imagens de sensores remotos, boletins e alertas meteorológicos e hidrometeorológicos, mapas de suscetibilidade, mapas de risco, alertas de desmatamento, modelos digitais de terreno.	Defesas civil federal e estaduais, CPRM, EPE, integrantes do SIPAM, prefeituras e universidades	CGOPE (Brasília) e COPER's (Belém, Manaus e Porto Velho)
Apoio ao combate a ilícitos na Região Amazônica	Produção de conhecimento de inteligência para os integrantes do SIPAM participantes do SISBIN, além de apoio ao planejamento e controle de operações dos órgãos de combate aos ilícitos.	Relatórios de inteligência, mapas temáticos, boletins meteorológicos, serviço de comunicação satelital de voz e dados, além de infraestrutura de apoio ao planejamento e controle nas instalações do CENSIPAM.	IBAMA; ICMBio; FUNAI; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria de Segurança Pública do Pará, Rondônia, Amapá e Amazonas; ABIN; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Ministério da Defesa	CGINT (Brasília) e COINT's (Belém, Manaus e Porto Velho)
Comunicação via Satélite para apoiar políticas públicas na Região Amazônica	Disponibilização de terminais de comunicação fixos e transportáveis em apoio às instituições que atuam na região amazônica, buscando a integração digital e a troca de informações.	Serviço de comunicação de dados e voz, com conexão à Internet para acesso a sistemas governamentais.	MDS, TJ/AM, SSP/AC, Exército Brasileiro (pelotões de fronteira), FUNAI, ICMBio, Polícia Federal.	CGTIC e CGMAT (Brasília), e COTEC's (Belém, Manaus e Porto Velho)

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

Instâncias da Estrutura de Governança do Censipam:

a) **Comitê Gestor de Planejamento Estratégico:** instituído desde 2007 por meio da Portaria nº 28 Casa Civil/PR, de 19 de março de 2007, publicada no Boletim Interno da Presidência da República, e tendo sua última alteração em 13/02/2004. Atualmente é composto pelo Diretor-Geral, Diretor de Administração e Finanças, Diretor de Produtos, Diretor Técnico, Assessora de Comunicação Social, Coordenador-Geral de Integração Institucional, Coordenador-Geral de Inteligência, Chefe de Gabinete e pelos Gerentes Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho. O Comitê tem por atribuição:

- a. Coordenar e elaborar o planejamento estratégico;
- b. Dar publicidade a todo órgão sobre as definições e diretrizes estratégicas;
- c. Disseminar e incentivar a cultura de excelência no órgão;
- d. Criar as condições de implementação do planejamento estratégico em todo o órgão em todos os seus níveis;
- e. Monitorar e avaliar continuamente o desempenho e os resultados do planejamento estratégico; e
- f. Adotar e apoiar medidas corretivas e de ajuste constante do planejamento estratégico.

b) **Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações – CTIC:** instituído pela Portaria nº 1.696/CENSIPAM/MD, de 22 de junho de 2011, considerando a necessidade de se promover o alinhamento e a integração das decisões e ações do Ministério da Defesa com as do Censipam na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

“Art. 3º - ao CTIC compete:

I – analisar e deliberar sobre as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicações alinhadas às do Censipam e submetê-las à homologação do Diretor-Geral do Censipam;

II – orientar, aprovar e acompanhar os processos de elaboração e as revisões periódicas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC do Censipam;

III – analisar, discutir e aprovar o Plano de Ações, em conformidade com o disposto nas estratégias de execução do PDTIC;

IV – acompanhar a implementação do PDTIC garantindo que a sua execução represente um processo de melhoria crescente da governança de TIC no Censipam;

V – garantir que as orientações, constantes da estratégia geral de Tecnologia da Informação, publicadas pelo órgão central do SISP, sejam implementadas no Censipam;

VI – recomendar medidas visando o aperfeiçoamento da gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações;

VII – aprovar padrões e normas técnicas de Tecnologia da Informação e Comunicações;

VIII – adotar as demais medidas, decisões e ações pertinentes às áreas de Tecnologia da Informação e Comunicações de interesse institucional e respaldada pela legislação em vigor;

IX – garantir que as ações relacionadas ao PDTIC estejam de acordo com as decisões e orientações emanadas do Ministério da Defesa.”

c) **Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho – CAD:** instituída pela Portaria nº 706/Censipam/SG/MD, de 21 de março de 2014, destinada a adotar as providências necessárias para estabelecerem os fatores de avaliação de desempenho individual, aprovar processos de estágio probatório, aprovar processos de progressão funcional e de concessão da Gratificação de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT.

Desde sua criação este Centro Gestor não contava com quadro próprio de pessoal. No ano de 2012 foi realizado o primeiro concurso público, objeto do Edital nº 1/Censipam, de 29 de agosto de 2012, para o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia – Pleno integrante da carreira de Ciência e Tecnologia, conforme Lei 8.691, de 28 de julho de 1993.

O Regimento Interno, que nesta data, está sendo apreciado pela SEORI/MD, constam as seguintes atribuições da Comissão:

“Art. 2º À CAD compete:

I - implementar o Plano de Carreiras estruturado pela Lei nº 8.691, de 1993;

II - avaliar o desempenho do Plano de Carreiras e propor alterações ao CPC;

III - desenvolver estudos, analisar e opinar sobre:

a) o enquadramento dos servidores nas carreiras;

b) a avaliação de desempenho dos servidores nas carreiras;

c) a remuneração e benefícios dos servidores das carreiras;

d) as atribuições dos cargos das carreiras; e

e) todo e qualquer assunto referentes à carreira.

IV - atender aos dispositivos da Resolução CPC nº 2, de 23 de novembro de 1994, que fixa normas regulamentadoras de concurso público para provimento dos cargos das carreiras;

V - analisar e homologar o processo de avaliação de estágio probatório dos servidores da carreira;

VI - analisar e homologar o processo de progressão/promoção funcional dos servidores da carreira;

VII - analisar e homologar os processos referentes à concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia;

VIII - zelar pelo fiel cumprimento da legislação; e

IX - levar ao conhecimento do CPC qualquer irregularidade verificada na aplicação da legislação sobre as carreiras de Ciência e Tecnologia.”

2.2 Sistema de Correição

O Censipam como órgão integrante da Administração Central do Ministério da Defesa, encaminha eventual necessidade de abertura de Processo Administrativo Disciplinar a Secretaria de Organização Institucional – SEORI, de acordo com o previsto no Inciso IV, do Artigo 30 do Decreto nº 7.974 de 1º de abril de 2013, desde a sua transferência da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.

Os lançamentos dos processos abertos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares-CGUPAD, que ainda estão em andamento, são de competência da Casa Civil da Presidência da República descritos a seguir:

Processo	Objeto	Modalidade		Situação Atual
		Sindicância	PAD	
00012.000596/2007-93	Suposta Irregularidades: empresas Imagem GeoSistemas & Comércio Ltda e		00190.006220/2009-01	Em fase de conclusão do Relatório Final CGU.

	Intersat Imagens de Satélites S/C Ltda			
00001.021332/2003-79 Contrato 14/2004	Suposta irregularidade: contratação empresa Atech		00190.006221/2009-48 Julgado CGU	TCE em andamento / Portaria 1.825 23/07/2014.
00012.001656/2006-12	Desaparecimento de 10 notebooks	00012.001656/2006-12		Foi emitida cobrança através de GRU para três equipamentos (1X Péricles Cardim e 2 X Alexandre Simas de Oliveira), Encaminhado pedido de orientação ao órgão de controle para baixa dos sete equipamentos não apurados nas três sindicâncias.

2.3 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

O Quadro A.2.3 demonstra a percepção do Censipam, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento de seus controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles, sendo considerados os seguintes elementos:

- a) Ambiente de controle;
- b) Avaliação de riscos;
- c) Atividades de controle;
- d) Informação e Comunicação;
- e) Monitoramento.

Para esse fim consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no inciso X do Parágrafo único do art. 1º da IN TCU nº 63/2010.

QUADRO A.2.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			

6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica: O Censipam até a sua transferência da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa em 01 de janeiro de 2011 mantinha seus controles, normas, procedimentos, regimento interno e indicadores de acordo com os vigentes na Casa Civil/PR, desde a sua transferência vem trabalhando com a Secretaria de Organização Institucional – SEORI do Ministério da Defesa para a inclusão do órgão, integrando o seu regimento interno no regimento interno do Ministério da Defesa, adequando-se as normas e ajustando procedimentos que norteiam a Administração Central. O Censipam adota o código de ética e orientações da Comissão de Ética do Ministério da Defesa.</p> <p>O Censipam possui objetivo 05 do seu Planejamento Estratégico “<i>Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura</i>”, <i>moderniza, atualiza e amplia seus controles</i>. O órgão faz o monitoramento para atingir as metas e indicadores estabelecidos no Plano Plurianual-PPA.</p> <p>Em parceria com a Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa adotou a implantação do Kit de procedimentos da AGU para melhoria dos processos nas Licitações e Fiscalização de Contratos, mantendo seu quadro funcional constantemente capacitado.</p> <p>O controle patrimonial é realizado através do atendimento da Instrução Normativa nº 205, do Decreto 99.658, Decreto nº 200 e Lei nº 11.638, realizando anualmente seus inventários.</p> <p>A partir de 2015 em parceria com a Universidade Federal do Pará implantará a Gestão por Competência e em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte implantará o Sistema Integrado de Administração de Patrimônio e Contratos- SIPAC e do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos–SIGRH, sistema integrados com a padronização de processos e procedimentos da área administrativa, redução de custos, retrabalho e economia no uso de papel contribuindo com o Projeto de Sustentabilidade Esplanada Sustentável.</p> <p>A informação será criteriosamente identificada, documentada, armazenada, classificada e comunicada tempestivamente aos usuários e destinatários, sendo utilizado o Sistema de Protocolo. Toda a comunicação será divulgada através do site http://intranet.sipam.gov.br/comunicação, atingindo toda a estrutura.</p> <p>O Sistema de controle interno do Ministério da Defesa tem contribuído substancialmente para orientação do gestor e melhoria dos processos e procedimentos.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de Acesso do Cidadão

No ano de 2014, foi possível ao cidadão entrar em contato com a instituição, para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc, utilizando os seguintes canais:

- ✓ Via internet: pelo portal da instituição (www.sipam.gov.br); através do e-mail contato@sipam.gov.br;
- ✓ Via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), implantado no Ministério da Defesa, disponível no endereço www.defesa.gov.br.

Todas as demandas recebidas são encaminhadas por e-mail para a Comunicação Social do Censipam, que é responsável pelas respostas.

Ao todo, foram recebidas 37 solicitações através do e-mail contato@sipam.gov.br, 8 solicitações via SIC, totalizando 45. Todas são de pedidos de informações para o órgão.

Dos 37 e-mails recebidos, 2 foram reclamações de problemas com antenas do Sipam e 35 foram solicitações de informações, pedidos de imagens de satélites, de informações técnicas (dados meteorológicos, descargas atmosféricas, mapas), além de informações sobre concurso público ou estágio, e visitas ao órgão.

Observamos que as informações solicitadas para o Censipam são de natureza técnica para subsidiar trabalhos na universidade, desde graduação ao doutorado, ou por entidades governamentais que precisam de informações técnicas ou solicitações de mapas.

As duas únicas reclamações são de antenas do Censipam que não estavam funcionando, onde foram encaminhadas para área técnica para providências.

O Censipam está em fase de estudo/implementação de coleta de resultados analíticos das demandas solicitadas, não dispondo ainda de tais informações com precisão, cuja previsão compreende resultados ainda em 2015.

Canal: contato@sipam.gov.br						
Reclamações	Informações	Imagens de satélites	Informações técnicas	Concurso público	estágio	visitas
2	4	15	5	3	5	3

Quanto ao Canal Via LAI, com o SIC localizado no Ministério da Defesa, ocorreram 8 solicitações e nenhuma reclamação.

A maioria dos pedidos é sobre o conteúdo dos documentos desclassificados, solicitados por jornalistas. Pedidos sobre concurso público e informações sobre o órgão.

Canal: www.defesa.gov.br						
Reclamações	Informações/doc desclassificados	Imagens de satélites	Informações técnicas	Concurso público	estágio	visitas
0	8	0	0	0	0	0

3.2 Cartas de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviço ao Cidadão do Censipam está em fase elaboração, junto ao Ministério da Defesa, que abordará o produto do Censipam diretamente disponibilizado aos cidadãos: previsão meteorológica. Atualmente o produto está disponibilizado no link Previsão do Tempo, endereço eletrônico <http://www.sipam.gov.br/previsao-do-tempo/tempo>.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Atualmente, o mecanismo utilizado pelo Censipam para medir a satisfação dos produtos e serviços é realizada pelo endereço eletrônico contato@sipam.gov.br. Não foi elaborada pesquisa de opinião no ano de 2014, nem em anos anteriores.

O Censipam está em fase de estudo/implementação de coleta de resultados analíticos das demandas solicitadas, não dispondo ainda de tais informações com precisão, cuja previsão compreende resultados ainda em 2015. No caso da Carta de Serviços ao Cidadão, o Ministério da Defesa está avaliando a criação de um mecanismo de medição.

3.4 Acesso às informações da unidade

As informações disponibilizadas no Portal do Censipam seguem as recomendações do projeto Identidade de Digital de Governo, que busca padronizar os portais dos órgãos públicos federais e alinhar as informações para otimizar a comunicação com o cidadão.

Para obter as informações referentes à atuação da instituição, relatórios de gestão, tomadas de contas anual, parcerias nacionais e internacionais, relatórios de atividades, o usuário deverá buscar a esquerda da página. As notícias jornalísticas estão disponibilizadas ao centro. Informações relativas a previsão do tempo, catálogo de metadados, radares online e imagens e endereços do Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais estão na parte inferior da página (www.sipam.gov.br).

Para acessar as mídias sociais facebook e twitter, o usuário deverá utilizar os endereços www.facebook.com/Censipame <https://twitter.com/sipamoficial>, respectivamente, tendo atualmente mais de 900 seguidores no facebook.

Portanto, todas as informações determinadas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) estão disponíveis no site www.sipam.gov.br, bem como com link de acesso ao site da Defesa www.defesa.gov.br.

As informações do órgão estão separadas por *menus*, descritas a seguir:

- Site Sipam, *menu* à esquerda.

a) relatórios de gestão e de atividades do órgão

<http://www.sipam.gov.br/noticias/relatorio-de-gestao>

b) informações sobre a instituição como quem é quem, da criação do órgão e áreas de atuação

<http://www.sipam.gov.br/sobre/institucional>

c) informações sobre licitações contratos (link de acesso)

<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/index.jsp?CodigoOrgao=110511&TipoOrgao=3>.

d) informações de auditoria (link de acesso)

<http://www.defesa.gov.br/auditoria>

e) informações sobre a agenda do diretor-geral do órgão

<http://www.sipam.gov.br/sobre/agenda-do-diretor-geral>

f) noticiário em geral

<http://www.sipam.gov.br/censipam-apoiara-fiscalizacao-e-repressao-ao-narcotrafico>.

3.5 Avaliação do desempenho da unidade

O Censipam iniciará um processo de discussão para construir uma forma de medir o serviço prestado aos cidadãos: previsão meteorológica. Atualmente, existe um grupo de técnicos para ampliar o acesso do usuário aos serviços de meteorologia (previsão do tempo). Neste grupo, será incluído mais esse ponto: como medir a satisfação do usuário em relação a esse serviço.

3.6 Medidas relativas à acessibilidade

O termo acessibilidade significa incluir a pessoa com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações. Alguns exemplos são os prédios com rampas de acesso para cadeira de rodas e banheiros adaptados para deficientes.

Na internet, acessibilidade refere-se principalmente às recomendações do WCAG (World Content Accessibility Guide) do W3C e no caso do Governo Brasileiro ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico). O e-MAG está alinhado as recomendações internacionais, mas estabelece padrões de comportamento acessível para sites governamentais.

Na parte superior do portal existe uma barra de acessibilidade onde se encontra atalhos de navegação padronizados e a opção para alterar o contraste. Essas ferramentas estão disponíveis em todas as páginas do portal.

Os atalhos padrões do governo federal são:

- Teclando-se Alt + 1 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao começo do conteúdo principal da página.
- Teclando-se Alt + 2 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao início do menu principal.
- Teclando-se Alt + 3 em qualquer página do portal, chega-se diretamente em sua busca interna.
- Teclando-se Alt + 4 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao rodapé do site.

Esses atalhos valem para o navegador Chrome, mas existem algumas variações para outros navegadores.

Quem prefere utilizar a Internet Explorer é preciso apertar o botão Enter do seu teclado após uma das combinações acima. Portanto, para chegar ao campo de busca de interna é preciso pressionar Alt+3 e depois Enter.

No caso do Firefox, em vez de Alt + número, tecele simultaneamente Alt + Shift + número. Sendo Firefox no Mac OS, em vez de Alt + Shift + número, tecele simultaneamente Ctrl + Alt + número.

No Opera, as teclas são Shift + Escape + número. Ao teclar apenas Shift + Escape, o usuário encontrará uma janela com todas as alternativas de ACCESSKEY da página.

4 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Não há conteúdo a ser declarado para o subitem “Informações sobre custos de produtos e serviços”.

4.1 Planejamento da Unidade

O planejamento estratégico do Censipam foi estruturado a partir das definições de missão, visão e valores do órgão. Em seguida, foram feitas análises dos ambientes interno e externo e o mapeamento dos fatores críticos de sucesso. Por fim, foram definidos 11 (onze) objetivos estratégicos a ser atingidos nos próximos 12 (doze) anos. Os objetivos estratégicos estão distribuídos, no nível tático, em 65 ações estratégicas. No nível operacional, o Censipam conta com 500 metas e/ou etapas.

Ademais, o planejamento estratégico realizado também possui como subsídio o Objetivo 0533 do Plano Plurianual vigente - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia, cuja vinculação com suas competências institucionais, previstas no Decreto nº 7.974/2013, pode ser melhor visualizada no quadro abaixo:

VINCULAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS COM O PLANO ESTARATÉGICO

Competências Institucionais	Objetivos Estratégicos
- Propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia -CONSIPAM; II - Fomentar e realizar estudos e pesquisas, bem assim o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência; III - Coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM; IV - Gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área, buscando evitar duplicidade de esforços e perdas da eficiência e eficácia dos resultados; V - Supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM; VI - Articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM; VII - Desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM.	OE 1– Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa. OE 2– Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos. OE 3 – Apoiar as ações de Defesa Civil na Amazônia. OE 4 – Fomentar a Articulação Internacional. OE 5– Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura. OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica. OE 7 – Fortalecer a Imagem Institucional. OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia. OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto. OE10– Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica. OE11– Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica.

4.1.1 Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de 2014

A estratégia para a realização do planejamento estratégico, no ano de 2014, foi priorizar projetos e aperfeiçoar processos, com vistas a otimizar a execução orçamentária e aproveitar ao máximo a capacidade de mão de obra disponível.

Os principais riscos à execução do planejamento em 2014 são a dificuldade de preenchimento do quadro efetivo, por meio de concurso público; a definição e padronização de processos de trabalho e a elaboração de indicadores e acompanhamentos de metas. Ademais, foi diagnosticada escassez de insumos para o tratamento de imagens de satélite e imagens colhidas por meio de sensores em aeronaves e a indisponibilidade no mercado de banda de comunicação via satélite, em razão da grande demanda de empresas privadas de telecomunicações ocasionada pelos eventos desportivos vindouros, o que influencia diretamente na entrega dos produtos do órgão para a sociedade. Quanto a esse ponto específico, estão em fase de elaboração alguns acordos de cooperação com países que dominam tecnologias satelitais como China, Índia e França.

Vale ressaltar que existe atualmente um trabalho desenvolvido pela Secretaria-Geral do Ministério da Defesa-MD, do qual o Censipam faz parte, de implementação da cultura de gestão estratégica. O intuito é mapear os processos estratégicos, construir a cadeia de valor, a identificação de indicadores e o seu alinhamento estratégico, a elaboração de projetos de melhoria e a transformação de processos, para, por fim, consolidar os projetos no Plano Estratégico de Defesa e na cultura organizacional.

O Censipam pretende com esse trabalho: Formação de Quadro Permanente de Servidores, Construção do Edifício Sede do Censipam em Brasília, Implantação de Sistema de Alertas Hidrometeorológicos, Implantação do Amazônia-SAR, Implantação do Sistema de Regularização Fundiária, Fortalecimento do Monitoramento Ambiental Municipal, Implantação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado, com Ênfase no Narcotráfico (CICCON), entre outros.

Paralelamente a isso, iniciaram-se parcerias com alguns órgãos do governo federal com vistas a implementar softwares que auxiliam na melhoria da gestão de processos e projetos, a custo reduzido ou sem custo algum, no caso de softwares públicos. Também foi iniciado o estudo de viabilidade de contratação de consultoria especializada em gestão de processos e projetos.

4.2 Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados

4.2.1 Objetivo

QUADRO A.4.2.1 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.					
Código	0533	Órgão	Ministério da Defesa			
Programa	Política Nacional de Defesa			Código	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
01	Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica	%	90	84,91	84,91	94,34
02	Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a	%	90	95,63	95,63	106,25

	comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal					
03	Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos	Unid.	112	15	64	48
04	Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)	Unid.	1.300	0	0	0
05	Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras	Unid.	1.000	0	556	55,60
06	Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)	Unid.	4.924	384	1356	27,54
07	Editar e imprimir 610 cartas topográficas	Unid.	610	0	0	0
08	Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal	Unid.	6.354	369	1311	20,63
09	Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal	Unid.	39.312	23.203	174.786	444,61
10	Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência	Unid.	300	674	1.383	461
11	Executar o imageamento de 160.000 Km² em áreas de não floresta	Km²	160.000	125.435	131.697	82,31
12	Executar o imageamento de 571.046 Km² em áreas de floresta.	Km²	571.046	0	0	0
13	Implementar 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades) Informações Básicas	Unid.	80	15	38	47,5
14	Monitorar 6 milhões de Km² no Programa de Áreas Especiais (ProAE)	Km²	6.000.000	5.916.214,23	9.062.163,23	151,84
15	Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)	Km²	470.000	0	0	0
16	Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS).	Unid.	4.924	369	1546	31,40
17	Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).	Unid.	4.924	326	1392	28,27
18	Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT)	Unid.	6.354	379	1494	23,51
19	Produzir 189 cartas geológicas	Unid.	189	10	24	12,70
20	Produzir 82 cartas aerogeofísicas	Unid.	82	08	50	60,97

Fonte: SIOP

4.2.1.1 Análise Situacional.

Os resultados alcançados pelo Censipam na execução das metas do PPA encontram-se explicados abaixo, seguindo a ordem sequencial do quadro A.4.2.1:

01 - Meta: Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica.

Análise Situacional da Meta: O produto indica o nível de modernização e operacionalidade da infraestrutura do Censipam disponibilizada aos órgãos parceiros do SIPAM. Como forma de medir o processo de manutenção e evolução desse produto, é utilizada a média ponderada entre a infraestrutura interna (peso 1) e a infraestrutura de campo (peso 2), tanto para os itens modernização quanto disponibilidade. O percentual final é obtido a partir da média aritmética dos percentuais de modernização e disponibilidade.

Os indicadores de Disponibilidade e Modernização priorizam a infraestrutura de campo, pois é a mais sensível e menos tolerante a falhas, bem como aquela que na maioria das vezes está sob uso direto de Órgãos Parceiros do SIPAM ou que gera produtos essenciais ao sistema.

Quantidade alcançada: 84,91 %

02 - Meta: Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso à comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal

Análise Situacional da Meta: O produto indica o nível de modernização e operacionalidade da infraestrutura do Censipam disponibilizada aos órgãos parceiros do SIPAM. Como forma de medir o processo de manutenção e evolução desse produto, é utilizada a média ponderada entre a infraestrutura interna (peso 1) e a infraestrutura de campo (peso 2), tanto para os itens modernização quanto disponibilidade. O percentual final é obtido a partir da média aritmética dos percentuais de modernização e disponibilidade.

Os indicadores de Disponibilidade e Modernização priorizam a infraestrutura de campo, pois é a mais sensível e menos tolerante a falhas, bem como aquela que na maioria das vezes está sob uso direto de Órgãos Parceiros do SIPAM ou que gera produtos essenciais ao sistema.

Quantidade alcançada: 95,63 %

03 - Meta: Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos.

Análise Situacional da Meta: Até 31/12/2014 foram elaborados 15 produtos cartográficos náuticos. Os produtos elaborados no primeiro semestre de 2014 envolvem 9 cartas em papel, 3 cartas eletrônicas e 3 atualizações. A previsão para a produção dos produtos Náuticos foi atingida e ultrapassada em 36% no primeiro semestre do ano de 2014. A previsão era que fossem produzidas 7 cartas em papel, 2 cartas eletrônicas e 2 atualizações.

04 - Meta: Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)

No segundo semestre de 2014 não houve capacitação de técnicos nos 700 municípios da Amazônia Legal, tendo em vista restrições de recursos. Para se adequar ao contexto de restrições orçamentárias e minimizar os gastos com deslocamentos, o Censipam está construindo uma forma de ensino à distância por meio de uma plataforma livre, o que eliminaria as principais restrições para execução da meta. As capacitações realizadas em 2014 foram voltadas apenas a técnicos servidores do Censipam e de órgãos parceiros no âmbito de projetos conjuntos, razão pela qual não foram computadas para efeito de cumprimento da meta proposta.

05 - Meta: Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras

A definição da meta de 1.000 antenas VSAT (terminais de comunicação VSAT) para a região amazônica dependia, dentre outros fatores, de disponibilidade de aumento da banda no satélite utilizado para transmissão dos dados. O Censipam mantém contrato de locação de espaço em satélite comercial, o qual possuía oferta limitada em razão dos demais clientes. Atualmente, toda a banda disponível no satélite já foi alocada ao Censipam, mesmo assim a quantidade é insuficiente para incremento significativo dos terminais, o que torna a meta simplesmente inatingível.

Portanto, a limitação de expansão do espaço no satélite, aliado ao aumento na largura de banda de acesso e da qualidade de serviço oferecida aos terminais do Censipam já instalados (necessidades dos

órgãos parceiros evoluíram muito ao longo dos últimos 4 anos), dificultaram que mais terminais sejam postos em operação.

Devido a esses fatores, tem-se buscado a otimização da aplicação das VSAT, de forma a retirá-las dos grandes centros urbanos, onde já existe internet comercial disponível a baixo custo, e levá-las para o interior, onde não há qualquer outra forma de comunicação a não ser a satelital, o que causou em 2014 uma maior quantidade de retiradas do que instalações, fazendo com que o parque terminasse o ano em 556 terminais, ou seja, 16 terminais a menos que em dezembro/2013.

Além disso, em 2014, como mencionado no item 1.4.3 deste relatório, o foco da área de manutenção foi na polarização dos terminais instalados e na operacionalização dos terminais que apresentaram defeitos, conseguindo após 210 atividades de manutenção no período, o atingimento de 94,9% de operacionalidade do parque.

06 - Meta: Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR).

Análise Situacional da Meta: O planejamento previa a edição de 400 ortoimagens para o ano de 2014, foram editadas 384 imagens até 31/12/2014, totalizando cumulativamente 1356 ortoimagens.

O Exército Brasileiro, parceiro do projeto, encontrou algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como; necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sobreamento, dentre outros.

07 - Meta: Editar e imprimir 610 cartas topográficas.

Análise Situacional da Meta: Não houve entrega de cartas topográficas até 31/12/2014, tendo em vista que esta é a última etapa do processo de produção cartográfica, em que após o aerolevanteamento, processamento, geração de modelos digitais do terreno e de superfície, elaboração de ortoimagens e arquivos de estratificação vegetal, são realizadas coletas de campo, objetivando a definição dos nomes das estradas, rios, igarapés, obras de infraestrutura, ruas, lagos, prédios da administração pública, igrejas, edifícios privados, pontos notáveis entre outras informações de identificação nominal.

As cartas topográficas serão entregues na última etapa do processo de produção cartográfica, pois estas dependem do processo de reambulagem, que será iniciado em 2015, para tanto, haverá um ajuste de metas físicas a ser consignado no Termo de Execução Descentralizada, o qual se encontra em análise na Conjur/MD.

08 - Meta: Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal.

Análise Situacional da Meta: O planejamento previa 400 arquivos de estratificação para o ano de 2014, porém, foram elaborados 369 arquivos até 31/12/2014. O Exército Brasileiro encontrou algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sobreamento, dentre outros.

09 - Meta: Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal

Análise Situacional da Meta: Durante o primeiro semestre de 2014 foi emitido um total de 23.203 boletins meteorológicos pelos Centros Regionais do Censipam. Estes boletins representam o número de boletins elaborados para os principais municípios amazônicos com previsão de três dias, atendimentos para rádios, portal internet, TVs, previsões especiais de 24 horas, para missões de campo e para boletins climáticos.

A partir de 2014 foram realizadas mudanças na metodologia de cálculo do número de boletins meteorológicos elaborados, visando uma aproximação com o real trabalho realizado, considerando apenas os boletins gerados e não os boletins gerados x número de usuários habilitados a receber. Dentre os fatores que contribuíram para a execução da meta têm-se os dados de estações de superfície, produtos dos radares meteorológicos, imagens de satélite e prognósticos de modelos numéricos de previsão de tempo. Já os fatores que dificultaram a execução da meta estão relacionados à queda e/ou

lentidão na rede de internet, que causaram dificuldade para download de dados de inicialização do modelo de previsão numérica BRAMS, bem como a elaboração de boletins meteorológicos.

No segundo semestre foram gerados 118.127 boletins meteorológicos pelos Centros Regionais do Censipam totalizando 141.330 boletins para o ano de 2014.

Desse total, 111.882 são boletins de previsão diária do tempo para os municípios da Amazônia enquanto 29.448 são boletins climáticos de grande abrangência espacial nos quais são considerados os dados de previsão diária, dados de imagens de satélites meteorológicos, dados de radares, dentre outras fontes de informação. Nesse número também estão computados os boletins gerados para atendimentos a rádios, portal internet, TVs, previsões especiais de 24 horas e para missões de campo.

O alto valor dos boletins de previsão diária para os municípios se deve ao fato de que são gerados 03 boletins diários para cada município (24, 48 e 72 horas). Em Manaus, por exemplo, atualmente são realizadas 03 previsões para 42 municípios da Amazônia, o que resulta em 126 previsões diárias. O Centro Regional de Porto Velho elabora três previsões diárias para 80 municípios, o que resulta em 240 previsões diárias.

O total acumulado de 174.876 boletins até a data de referência mostra que a tendência desde o primeiro semestre de 2014 é que a meta seja extrapolada consideravelmente a cada ano. Isso se deve não só a revisão da metodologia utilizada para o cálculo do número de boletins meteorológicos elaborados como também à ampliação da capacidade de geração de informações meteorológicas pelo Censipam e à ampliação da capacidade de atendimento a um número maior de clientes que demandam o produto gerado.

10 - Meta: Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência

Análise Situacional da Meta: Em 2014, a metodologia de produção de conhecimento seguiu os padrões do Decreto nº 7.845/12, que regulamenta o credenciamento de segurança e tratamento de informação em qualquer grau de sigilo, porém, continuou com a mesma metodologia de aferição dos produtos de inteligência produzidos. Por conseguinte, esse Órgão atingiu o total de 674 produtos na área de inteligência, que contribuíram com as políticas de combate aos ilícitos na Amazônia.

O Censipam se destacou em várias operações de inteligência na Amazônia onde destacam-se: a Operação com a Polícia Federal no combate ao Narcotráfico na região de fronteira do Brasil; a Operação Hileia Pátria, coordenada pelo Gabinete Permanente de Gestão Integrado para a Proteção do Meio Ambiente (GGI-MA), com o objetivo de realizar ações preventivas e repressivas aos crimes e infrações ambientais na Amazônia Legal; a Operação Ágata VIII, Operação Amazônia e Operação Vigia I, coordenada pelo Ministério da Defesa, envolvendo pessoal e material tecnológico do Censipam.

Com o Governo Federal, o Censipam participou do planejamento inicial e execução de missões da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR), em ações para garantir a desintrusão de Terras Indígenas, isto é, assegurar a efetivação plena dos direitos territoriais. Além disso, o Censipam apoiou o Centro de Inteligência Nacional (CIN) da ABIN, em Brasília-DF e a Marinha do Brasil, na região do Estado do Pará, disponibilizando pessoal e material tecnológico. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi outro parceiro beneficiado pelo Censipam, na Operação Onda Verde, com emprego de pessoal e material tecnológico.

Em operações com órgão estaduais destacaram-se: a Operação Marajó, Operação Caxiuanã II e Operação do Conselho de Segurança Pública do Meio Norte (COMEN), coordenada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará e Amapá, envolvendo pessoal e material tecnológico.

O Censipam prestou seus serviços, também, na Operação Copa do Mundo, apoiando o Comando Militar do Oeste no Centro de Operações, na região de Cuiabá-MT.

11 - Meta: Executar o imageamento de 160.000 Km² em áreas de não floresta.

Análise Situacional da Meta: Até 31/12/2014 foi imageada uma área de 125.435 km² dos 160.000km² previstos, o que equivale a 78% da meta.

12 - Meta: Executar o imageamento de 571.046 Km² em áreas de floresta.

Análise Situacional da Meta: Esta meta foi reprogramada para o ano de 2016, a área em questão foi avaliada inicialmente como área de não floresta, e em um momento posterior, constatou-se que na verdade a área era de Floresta, foi necessário fazer um rearranjo entre as forças, pois a FAB não possui os recursos tecnológicos para proceder este aerolevantamento.

A execução deste aerolevantamento deve ser feita a partir da contratação da empresa BRADAR, empresa brasileira, que detém a referida tecnologia para mapeamento em área de floresta.

13 - Meta: Implementar 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)
Análise Situacional da Meta: Face ao avanço nas etapas de instalação de equipamentos do programa Telecentros, pelo Ministério das Comunicações - MC, o CENSIPAM, no primeiro semestre, acompanhou a entrega de equipamentos pelo MC, replanejando a operacionalização para o segundo semestre.

Portanto, as metas de estruturação foram priorizadas no primeiro semestre e as metas de operacionalização para o segundo semestre.

Ao longo do segundo semestre de 2014 foram instalados mais 15 telecentros e vistoriados outros 12, dos 24 telecentros previstos para o ano em questão. Na vistoria in loco dos requisitos exigidos pelo edital do programa acerca da validação dos espaços físicos, de responsabilidade das instituições beneficiadas (prefeituras), verificou-se que 12 desses espaços permaneciam inadequados para instalação dos equipamentos de informática e a oferta de conectividade via sistema VSAT.

14- Meta: Monitorar 6 milhões de Km² no Programa de Áreas Especiais (ProAE)

Análise Situacional da Meta: Neste ano, com a ativação dos programas PROAE, MAPAS DE SUSCETIBILIDADE e AMAZÔNIA SAR, o volume de área monitorada foi de 1.414.400 km².

No segundo semestre, foi monitorada uma área de 4.501.814,23km² somando um total de 5.916.214,23 Km² no ano de 2014. Como previsto, o volume de área monitorada aumentou consideravelmente e ultrapassou a meta prevista no PPA, tendo em vista a disponibilidade de imagens gratuitas do sensor Landsat 8 e a ativação do sensor ADS 80, da FAB, que ampliaram a disponibilidade de imagens, e por consequência, a área monitorada em Km².

15 - Meta: Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)

Análise Situacional da Meta: Esta meta deverá ser executada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica a ser assinado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atualmente, o Censipam está realizando o monitoramento das glebas públicas rurais federais em conjunto com o programa de monitoramento de áreas especiais, que constitui a meta: Monitorar seis milhões de Km² no Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE).

16 - Meta: Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS).

Análise Situacional da Meta: O planejamento previa 400 Modelos Digitais de Superfície para o ano de 2014. Até 31/12/2014 foram processados 369 modelos. O Exército Brasileiro encontrou algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como; necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

17 - Meta: Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).

Análise Situacional da Meta: O planejamento previa a produção de 400 ortoimagens para o ano de 2014, foram processadas 326 imagens até 31/12/2014, totalizando cumulativamente 1392 imagens. O Exército Brasileiro, parceiro do Censipam no Projeto Cartografia da Amazônia, encontrou algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

18 - Meta: Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT).

Análise Situacional da Meta: O planejamento previa 400 Modelos Digitais de Terreno para o ano de 2014. Até 31/12/2014 foram processados 369 modelos. O Exército Brasileiro, parceiro do Censipam no Projeto Cartografia da Amazônia, encontrou algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

19 - Meta: Produzir 189 cartas geológicas.

Análise Situacional da Meta: Foram elaboradas oito cartas geológicas, no exercício de 2014. Este número se justifica pelo fato de que o esforço do Serviço Geológico Brasileiro foi para mapeamentos previstos no PAC, fora da região Amazônica.

No segundo semestre foi retomada a confecção de mapas geológicos no escopo do Projeto de Cartografia Geológica para a região.

20 - Meta: Produzir 82 cartas aerogeofísicas.

Análise Situacional da Meta: Foram elaboradas 22 cartas aerogeofísicas, este número se justifica pelo fato de que o esforço do Serviço Geológico Brasileiro foi para mapeamentos previstos no PAC, fora da região Amazônica.

No segundo semestre foi retomada a confecção de mapas geológicos no escopo do Projeto de Cartografia Geológica para a região.

4.2.2 Ações

QUADRO A.4.2.2 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20X4		Tipo: atividade			
Título	Sistema de Proteção de Amazônia - SIPAM					
Iniciativa	020H Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal					
Objetivo	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia. Código: 0533					
Programa	Política Nacional de Defesa		Código: 2058			
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
71.119.958	71.119.958	52.048.036	32.486.273	31.750.412	71.702	25.956.818
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Produto: Sistema mantido Período da captação: JAN-DEZ		unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
25.956.818	18.313.550	-			

Fonte: SIOP e SIAFI

Identificação da Ação						
Código	13F9 Tipo: projeto					
Título	Construção do Edifício-Sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam					
Iniciativa	020H Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal					
Objetivo	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia. Código: 0533					
Programa	Política Nacional de Defesa Código: 2058					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.600.000,00	4.600.000,00	331.703,53	41.844,42	41.844,42	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Produto: Edifício Construído Período da captação: JAN-DEZ		Percentual de execução física.	18	2	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0			

Fonte: SIOP

4.2.2.1 Análise Crítica

Ação 20x4

Da dotação orçamentária de R\$ 71.119.958,00 foram contingenciados R\$ 13.793.725,43 e o valor de R\$ 3.468.318,00 como corte, tendo a ação como Limite para execução no valor de R\$ 53.857.914,57. A execução foi realizada para atender às atividades do Censipam nas áreas de Inteligência, tecnologia da informação, manutenção e funcionamento, além das entregas dos produtos finalísticos do órgão. Os valores empenhados correspondem a 96% da dotação líquida, ou seja, dos limites autorizados, distribuídos em Cartografia da Amazônia (29%), Tecnologia da Informação (24%), Capacitação de Recursos Humanos (0,5%), Ações de Inteligência (0,5%), Levantamento de Dados Territoriais (6%); e

para funcionamento e manutenção do Censipam (35%). Isso permitiu a elaboração de produtos cartográficos; a produção de boletins meteorológicos; o monitoramento territorial na Amazônia Legal; a emissão de produtos e inteligência; a implementação de telecentros em municípios da Amazônia; a contratação de capacitações para servidores e parceiros; a renovação de contratos continuados nas áreas de manutenção predial e tecnologia da informação; e a modernização e operacionalização da infraestrutura tecnológica do órgão.

Ação 13F9

Apesar de constar como meta a ser alcançada em 2014 18% do edifício construído, este índice foi reprogramado para 2%, haja vista lançamento incorreto à época. A ação Construção do Prédio está dividida em duas fases, sendo a primeira a conclusão do projeto básico e executivo que corresponde a 2% da ação e a segunda a construção do edifício propriamente dita. Para a primeira fase, após corte e contingenciamento, o valor da LOA 2014 resultou no montante de R\$ 331.704,00, sendo contratada empresa para elaboração dos projetos básico e executivo, bem como demais documentos pertinentes a construção do edifício sede administrativo do Censipam. O projeto básico e executivo compreende a entrega de subprojetos, divididos em 10 (dez) etapas (1-sondagem; 2-levantamento topográfico planialtimétrico cadastral; 3-estudos preliminares; 4-anteprojetos; 5-projetos legais; 6-projetos executivos; 7-especificações técnicas, caderno de encargos, memoriais e levantamento de quantitativos; 8-planilhas orçamentárias; 9-cronograma físico e físico-financeiro; e 10-aprovação final do projeto), acompanhados cronologicamente e faturados somente após a aprovação mediante emissão de laudos técnicos favoráveis. A previsão de término da primeira fase findava juntamente com o exercício 2014. No entanto, houve a necessidade de prorrogação, tendo em vista atrasos nas emissões dos respectivos laudos técnicos, por falta de servidores aptos, o que gerou um atraso em cadeia no andamento dos subprojetos, ocorrendo uma execução física, no ano de 2014, de 1,20%.

4.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Em 2014, a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa implantou um processo para gestão de projetos, baseado no guia Project Management Body of Knowledge (PMBOK), que orientou o planejamento e a execução ao Plano de Trabalho Anual dessa Secretaria. Nesse plano o Censipam participou com seus projetos mais relevantes:

- Estruturação da Pesquisa do Censipam
- Sistema Geográfico de Informações Fundiárias
- Parceria para Manutenção de Equipamentos do CENSIPAM
- Sistema de Alerta de Riscos de Natureza Hidrometeorológica
- Projeto Piloto Amazônia SAR
- Sistema de Cartografia da Amazônia
- Edifício Sede do CENSIPAM
- Recursos Humanos do CENSIPAM

Como resultado, esse processo introduziu a confecção de instrumentos e rotinas que aprimoraram a gestão (como os detalhados planos de projetos e cronogramas de execução), a implantação da plataforma institucional do MD para gestão de projetos (onde os cronogramas são mantidos e atualizados) e a criação da agenda de governança (reuniões rotineiras para avaliação do andamento dos projetos). Em decorrência disso, no Censipam houve o fortalecimento da cultura de gestão por projetos que promoveu a ampliação da visão por projetos para as demais iniciativas não contempladas no Plano de Trabalho Anual da Secretaria-Geral, aprimorando a governança das atividades realizadas.

4.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

QUADRO A.4.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Disponibilidade da infraestrutura satelital	96%*	95%	97%	Mensal	Leitura da disponibilidade através da interface de administração do sistema satelital
Operacionalidade do parque de antenas	80%*	85%	94,9%	Mensal	Consulta da operacionalidade das antenas através do Portal de Informações de Manutenção
Modernização da Infraestrutura	61%*	69%	75%	Mensal	Média da razão entre idade de cada equipamento (patrimonial) e a vida útil/tecnológica esperada do mesmo (estimativa técnica de substituição/atualização do equipamento)

*Janeiro/2014

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Não há conteúdo a ser declarado para os subitens “Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos” e “Renúncias sobre a Gestão da UJ”.

5.1 Execução das despesas

Os quadros a seguir demonstram informações sobre a gestão de alguns tópicos da execução orçamentária e financeira no exercício 2014.

5.1.1 Programação das despesas

As informações sobre a Programação de Despesa no exercício de referência do relatório de gestão são apresentadas conforme se descrevem nos quadros a seguir.

QUADRO A.5.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa			Código UO: 52101	UGO: 110407	UG executora: 110511	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			0	0	45.222.352	
CRÉDITOS	Suplementares		0	0	0	
	Especiais	0	0	0	0	
		0	0	0	0	
	Extraordinários	0	0	0	0	
		0	0	0	0	
Créditos Cancelados		0	0	(-) 5.069.808		
Outras Operações			0	0		
Dotação final 2014 (A)			0	0	40.671.704	
Dotação final 2013(B)			0	0	49.964.716	
Variação (A/B-1)*100			0	0	(-) 0,002	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	9 – Reserva de Contingência
DOTAÇÃO INICIAL			25.897.606	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		4.031.488	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0
Créditos Cancelados		(-) 519.160	0	0	0	
Outras Operações				0	0	0
Dotação final 2014 (A)			30.448.254	0	0	0
Dotação final 2013(B)			12.427.284	0	0	0
Variação (A/B-1)*100			145,01	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

5.1.1.1 Análise Crítica

A variação encontrada nas dotações de custeio e investimento deu-se pelo fato da incompatibilidade entre os valores da LOA e o limite autorizado para o exercício de 2014, levando a necessidade de cancelamento de crédito de grupo de natureza de despesa de custeio (3) para investimento (4), com o objetivo de suprir o replanejamento dos projetos previstos de Cartografia da Amazônia, de Tecnologia da Informação, de Base de dados e Sensoriamento Remoto, bem como os projetos administrativos pertinentes as atividades meio, de Funcionamento e Manutenção do Censipam.

Da dotação orçamentária de R\$ 71.119.958,00 (setenta e um milhões, cento e dezenove mil, novecentos e cinquenta e oito reais) houve restrição orçamentária de R\$17.262.043,43 sendo R\$13.793.725,43 de Contingenciamento e R\$ 3.468.318,00 de Corte, perfazendo um limite autorizado para empenho de R\$ 53.857.914,57 (cinquenta e três milhões oitocentos e cinquenta e sete mil novecentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos).

As restrições impostas afetaram aos projetos "Cartografia da Amazônia", onde foi necessária a realocação de parte da mobilização de mão-de-obra terceirizada para 2015, e "Amazônia SAR" - Fundo da Amazônia, cujo início foi prorrogado para o exercício de 2015, por ter sido 100% do seu valor não disponibilizado ao Censipam.

5.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.5.1.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110407			0	0	10.490.658
Recebidos		120002	5210105542205820X40002	0	0	794.172
			5210105542205820X40008	0	0	1.305.151
		153063	5210105542205820X40004	0	0	14.062
			5210105542205820X40008	0	0	139.117
		153103	5210105542205820X40004	0	0	126.891
		160509	5210105542205820X40002	0	0	3.210.763
			5210105542205820X40004			1.599
			5210105542205820X40008			25.630
		443003	5210105542205820X40008	0	0	574.983
		495001	5210105542205820X40002			2.948.568
			5210105542205820X40008			946.486
		772001	5210105542205820X40002			259.894
	5210105542205820X40008				143.342	
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	110407			9.600.050		
Recebidos		120002	5210105542205820X40008	59.750		
		160509	5210105542205820X40002	29.994		
		495001	5210105542205820X40002	1.000.000		
		772001	5210105542205820X40002	7.510.306	0	0
			5210105542205820X40008	1.000.000	0	0
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110407			3.861.093	0	33.512.997
Recebidos		110511	5210105122210820TP0000	3.861.093	0	0
			5210105542205820X40002	0	0	7.219.160
			5210105542205820X40004	0	0	8.224.775
			5210105542205820X40005	0	0	312.769
			5210105542205820X40006	0	0	279.950
			5210105542205820X40007	0	0	2.900.000
			5210105542205820X40008	0	0	14.033.710
				521010521220582D550000	0	0
		110404	5210105542205820X40008			542.633
		160509				
		110511	5210105153205814SY0002	0	0	48.500,00
		5210105153205814SY000C	0	0	6.916,00	
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	110407			19.654.966		
Recebidos		110511	5210105542205820X40002	12.474.386	0	0
			5210105542205820X40004	5.390.298	0	0
			5210105542205820X40007	419.100	0	0
			5210105542205820X40008	1.039.478	0	0
			2510105122205813F90000	331.704		

QUADRO A.5.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	20118			0	0	727.109
Recebidos		110511	2011806183210126840006	0	0	727.109
Concedidos	25103			0	0	23.403
Recebidos		110511	2510304122211020000002	0	0	23.403
Concedidos	32265			0	0	37.947
Recebidos		110511	3226525122211920000003	0	0	37.947
Concedidos	44207			0	0	325.177
Recebidos		110511	4420718541201820WM0003	0	0	239.069
			4420718122212420000001			86.108
Concedidos	49101			0	0	335.000
Recebidos		110511	4910121122212020000001	0	0	335.000
Concedidos	53101			0	0	311.545
Recebidos		110511	5310104122211120000002	0	0	311.545
Concedidos	55101			0	0	883.074
Recebidos		110511	5510108126201964140001	0	0	883.074
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	55101			376.200	0	0
Recebidos		110511	5510108126201964140001	376.200	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

5.1.3 Realização da Despesa

5.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários - Totais

QUADRO A.5.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa		Código UO: 52101		UGO: 110407	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	21.186.503	21.772.169	21.007.458	9.694.894	
a) Convite		0		0	
b) Tomada de Preços		0		0	
c) Concorrência	8.001.797	0	7.992.584	0	
d) Pregão	11.460.120	21.772.169	11.317.884	9.694.894	
e) Concurso		0		0	
f) Consulta		0		0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	1.724.586		1.696.990		
2. Contratações Diretas (h+i)	8.433.748	6.580.827	8.252.053	4.855.263	
h) Dispensa	4.171.209	2.965.780	4.112.274	1.767.989	
i) Inexigibilidade	4.262.539	3.615.047	4.139.779	3.087.274	
3. Regime de Execução Especial	88.048	65.471	88.048	65.471	
j) Suprimento de Fundos	88.048	65.471	88.048	65.471	

4. Pagamento de Pessoal (k+l)	5.263.441	4.544.981	5.263.441	4.544.981
k) Pagamento em Folha	3.861.093	4.102.103	3.861.093	4.102.103
l) Diárias	1.056.846	442.878	1.056.846	442.878
5. Outros (Não se aplica)	1.699.646	64.044	1.324.524	64.044
6. Total (1+2+3+4+5)	36.671.386	33.027.492	35.935.524	19.224.653

Fonte: Siafi Gerencial

Na modalidade Não se Aplica, foram excluídos os valores referente Diárias, explicitando-os em linha própria.

5.1.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Executados Diretamente pela UJ

QUADRO A.5.1.3.2 – DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ, POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS- UG EXECUTORA: 110511

Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa	Código UO: 52101	UGO: 110407	UG Executora: 110511	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	10.060.045,33	21.772.169,32	10.060.045,33	9.694.894,65
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	41.844,42	0	41.844,42	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	10.018.200,91	21.772.169,32	10.018.200,91	9.694.894,65
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	6.960.493,66	6.586.828,55	6.959.855,66	4.861.263,86
h) Dispensa	3.000.767,88	2.971.780,69	3.000.129,88	1.773.989,76
i) Inexigibilidade	3.959.725,78	3.615.047,86	3.959.725,78	3.087.274,10
3. Regime de Execução Especial	88.048,37	65.471,01	88.048,37	65.471,01
j) Suprimento de Fundos	88.048,37	65.471,01	88.048,37	65.471,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.435.905,94	4.544.981,00	4.435.905,94	4.544.981,00
k) Pagamento em Folha	3.861.093,40	4.102.103,00	3.861.093,40	4.102.103,00
l) Diárias	574.812,54	442.878,00	574.812,54	442.878,00
5. Outros(Não se aplica)	52.423,60	58.045,00	52.423,60	58.045,00
6. Total (1+2+3+4+5)	21.596.916,90	33.027.494,88	21.596.278,90	19.224.655,52

Fonte: Siafi Gerencial

Na modalidade Não se Aplica, foram excluídos os valores referentes Diárias, explicitando-os em linha própria.

5.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos originários - Totais

QUADRO A.5.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados (inscrito)		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa (96)	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	35.643.114	21.792.208	23.482.025	21.792.208	12.161.089	2.472.327	22.866.351	14.755.675
1º elemento de despesa (39)	21.418.789	14.181.483	13.076.513	14.181.483	8.342.277	2.472.327	12.991.952	8.234.708
2º elemento de despesa (37)	6.839.170	6.045.208	6.116.686	6.045.208	722.483	0	6.116.687	5.305.707
3º elemento de despesa (04)	2.461.929	390.230	954.178	390.230	1.507.750	0	760.403	154.607
Demais elementos do grupo	4.923.226	1.175.287	3.334.647	1.175.287	1.588.579	0	2.997.309	1.060.653
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados (inscrito)		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	16.736.624	7.133.181	9.422.688	7.133.181	7.690.532	772.766	9.302.501	366.876
1º elemento de despesa(52)	14.833.244	6.773.181	8.864.096	6.773.181	5.969.147	772.766	8.743.909	6.876
2º elemento de despesa(39)	1.309.356	0	140.152	0	1.169.205	0	140.152	0
3º elemento de despesa(51)	331.703	0	41.8440	0	289.859	0	41.8440	0
Demais elementos do grupo	262.321	0	0	0	262.321	0	0	0
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

5.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Originários – Executados diretamente pela UJ

QUADRO A.5.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUÇÃO UG 110511

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados (inscrito)		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
7. Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa (96)	0	0	0	0	0	0	0	0
8. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
9. Outras Despesas Correntes	24.697.353	21.777.136	16.854.359	14.751.242	7.842.994	7.025.893	16.854.359	14.751.242
1º elemento de despesa (39)	15.275.534	14.135.424	9.421.580	8.218.595	5.853.954	5.916.829	9.421.580	8.218.595
2º elemento de despesa (37)	6.378.828	6.045.209	5.711.167	5.305.707	667.661	739.501	5.711.167	5.305.707
3º elemento de despesa (30)	1.320.513	390.230	156.490	154.607	1.164.023	221.983	156.490	154.607
Demais elementos do grupo	1.722.478	1.206.273	1.565.122	1.072.333	157.356	147.580	1.565.122	1.061.693
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados (inscrito)		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
10. Investimentos	7.136.628	7.133.181	1.258.059	366.876	6.255.164	6.766.305	1.257.421	366.876
1º elemento de despesa(52)	5.627.880	6.773.181	839.619	6.876	4.788.260	6.766.305	838.981	6.876

								6
2º elemento de despesa(39)	1.169.205	0	0	0	1.169.205	0	0	
3º elemento de despesa (51)	331.703	0	41.8440	0	289.859	0	41.8440	0
Demais elementos do grupo	7.840	360.000	0	360.000	7.840	0		360.000
11. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

5.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.5.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.538.470	683.120	1.538.470	645.840
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	1.538.470	683.120	1.538.470	645.840
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	1.025.787	1.582.561	1.025.787	1.582.561
h) Dispensa	226.713	960.480	226.713	960.480
i) Inexigibilidade	799.074	622.081	799.074	622.081
3. Regime de Execução Especial	0	7.635	0	7.635
j) Suprimento de Fundos	0	7.635	0	7.635
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	99.242	47.877	99.242	47.877
k) Pagamento em Folha	0	0	0	0
l) Diárias	99.242	47.877	99.242	47.877
5. Outros	3.939.673	0	3.939.673	
6. Total (1+2+3+4+5)	6.603.172	2.321.193	6.603.172	2.283.913

Fonte: Siafi Gerencial

5.1.3.6 Despesas totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.5.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	3.861.093	4.102.103	3.861.093	4.102.103	0	0	3.861.093	4.102.103
1º elemento de despesa (96)	3.861.093	4.102.103	3.861.093	4.102.103	0	0	3.861.093	4.102.103
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	2.780.368	2.321.194	0	2.321.194	0	0		2.283.913
1º elemento de despesa (39)	1.399.855	1.662.251		1.662.251	0	0		1.626.510
2º elemento de despesa (37)	1.127.372	495.352		495.352	0	0		493.812
3º elemento de despesa (14)	40.000	42.000		42.000	0	0		42.000
Demais elementos do grupo	213.141	121.591		121.591	0	0		121.591
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não		Valores Pagos	

					processados			
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	376.200	0	0	0	376.200	0	0	0
1º elemento de despesa (52)	376.200	0	0	0	376.200	0	0	0
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

5.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Da dotação orçamentária de R\$ 71.119.958,00 (setenta e um milhões, cento e dezenove mil, novecentos e cinquenta e oito reais) houve restrição orçamentária de R\$17.262.043,43 sendo R\$13.793.725,43 de Contingenciamento e R\$ 3.468.318,00 de Corte, perfazendo um limite autorizado para empenho de R\$ 53.857.914,57 (cinquenta e três milhões oitocentos e cinquenta e sete mil novecentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos).

As restrições impostas afetaram aos projetos "Cartografia da Amazônia", onde foi necessária a realocação de parte da mobilização de mão-de-obra terceirizada para 2015, e "Amazônia SAR", por ter sido 100% do seu valor contingenciado Fundo da Amazônia no valor de R\$ 13.327.958,00 (treze milhões trezentos e vinte e sete mil novecentos e cinquenta e oito reais), o início do projeto foi prorrogado para o exercício de 2015.

Com as restrições impostas o Censipam teve que realizar solicitações de cancelamento/suplementação de Créditos nos Grupos de Naturezas de Despesas (3 e 4) para suprir as necessidades de gastos previstos em cada Plano Orçamentário na Ação 20X4. Com isso, gerou reprogramação de licitação de serviços/aquisições, ocorrendo, portanto, emissão de empenhos no final do mês de novembro e início do mês de dezembro, impactando na execução orçamentária e financeira do órgão em 2014.

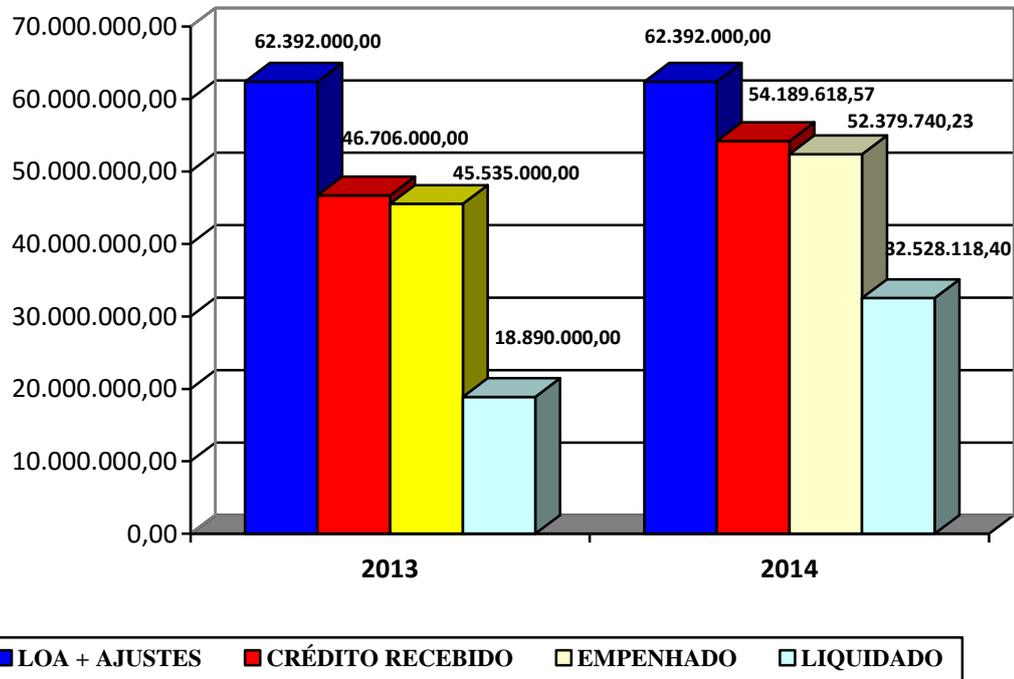
Do Limite autorizado para emissão de empenho, ou seja, dotação líquida disponível, R\$53.857.914,57, foram empenhados R\$52.048.036,70 liquidados R\$32.486.273,48 e pagos R\$31.750.412,72. Os empenhos foram referentes às atividades do Censipam nas áreas de Inteligência, Tecnologia da Informação, Manutenção e Funcionamento, além das entregas dos produtos finalísticos do órgão. Os valores empenhados correspondem a 96% da dotação líquida, distribuídos em Cartografia da Amazônia (29%), Tecnologia da Informação (24%), Capacitação de Recursos Humanos (0,5%), Ações de Inteligência (0,5%), Levantamento de Dados Territoriais (6%); e para Funcionamento e Manutenção do Censipam (35%). Isso permitiu a elaboração de produtos cartográficos; a produção de boletins meteorológicos; o monitoramento territorial na Amazônia Legal; a emissão de produtos e inteligência; a implementação de telecentros em municípios da Amazônia; a contratação de capacitações para servidores e parceiros; a renovação de contratos continuados nas áreas de manutenção predial e tecnologia da informação; e a modernização e operacionalização da infraestrutura tecnológica do órgão.

O valor liquidado ficou em 62% e o valor pago em 61% do valor empenhado, em função de que boa parte dos contratos foi assinada no final do segundo semestre de 2014. Isso ocorreu devido a execução dos projetos, que se dão no decorrer do ano, e aos processos licitatórios, que têm que cumprir com todas as suas fases legais, antes do pagamento. A liquidação está sendo executada a partir da entrega gradual dos produtos e serviços ao órgão por seus fornecedores.

Considerando a execução do exercício de 2013, houve um acréscimo de aproximadamente 20% na liquidação das despesas do órgão em 2014. Em 2013 o valor liquidado do empenhado foi de 41,48%, já em 2014 foram liquidados 62,10% dos valores empenhados, conforme pode ser observado nos dados abaixo.

ANO	LOA +	CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADO
-----	-------	---------	-----------	-----------

	AJUSTES	RECEBIDO		
2013	62.392.000,00	46.706.000,00	45.535.000,00	18.890.000,00
2014	62.392.000,00	54.189.618,57	52.379.740,23	32.528.118,40



O Censipam não possui quadro efetivo suficiente na área administrativa para atender todas as atividades necessárias, fator que vem comprometendo o andamento do processo no sentido de qualidade do serviço prestado e agilidade da demanda. Ainda, o órgão conta a análise jurídica do Ministério da Defesa que por sua vez também analisa outros órgãos vinculados, impactando na demanda dos processos licitatórios, devendo ser computado no prazo total de finalização do processo o tempo máximo estimado de análise da assessoria jurídica.

Considerando como parâmetro LOA de 2011, os recursos estão mantendo um declínio orçamentário, que está sendo refletido diretamente na execução dos projetos/atividades do órgão.

5.2 Despesas com ações de publicidade

QUADRO A.5.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2058/20X4	5.440,00	5.440,00
Legal	2058/20X4	47.616,75	47.056,33
Mercadológica	-	0	0
Utilidade pública	-	0	0

5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

O Quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2014, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados.

QUADRO A.5.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento (29.511.03.01)	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	14.218.412	12.004.278	1.195.577	1.018.557
2012	8.340.683	5.327.674	1.914.691	1.098.318
2011	40.739	2.900	37.839	0
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	13.729	10.640	0	3.089
2012	47.665	0	47.665	0
2011	0	0	0	0

Fonte: Siafi Operacional

5.3.1 Análise Crítica

No exercício de 2014 permaneceram registrados no Siafi somente os Restos a Pagar respaldados por prorrogação de vigência.

Houve a necessidade de inscrever em Restos a Pagar Não Processados valores oriundos de emissões de notas de empenhos de contratos de serviços/aquisições emitidas no último trimestre do exercício em questão, não sendo possível liquidá-los no encerramento do exercício.

Quanto aos exercícios anteriores, por trata-se de contratos de serviços específicos, os valores estão sendo geridos para providência referente ao pagamento ou cancelamento de RP.

Considerando que do limite financeiro autorizado para órgão, deve-se deduzir o montante para atender os Restos a Pagar, bem como os valores previstos da execução do exercício corrente, o histórico de gasto demonstra que a liquidação do ano fica prejudicada, haja vista o valor expressivo inscrito como RP nos últimos 3 anos. Para tanto, o gestor de Administração e Finanças analisará as medidas possíveis para reduzir os valores inscritos ao final dos próximos exercícios.

5.4 Transferências de Recursos

5.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DOSISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA									
CNPJ: 07.129.796/0001-26					UG/GESTÃO: 110511/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	674031	443003 GERENCIA DE ORCAMENTO E FINANÇAS/SAF/ANA	535.317,48		535.317,48	535.317,48	19/SET/2012	18/SET/2017	1
3	675853	495001 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	116.427.443,00		4.895.055,00	116.427.443,00	26/FEV/2008	26/FEV/2015	1
3	676938	120071 CENTRO LOGISTICO DA AERONAUTICA	3.250.000,00		0	3.250.000,00	08/NOV/2013	31/DEZ/2014	1
3	678770	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	70.312,50		14.062,50	70.312,50	13/FEV/2014	12/FEV/2019	1
3	680690	443003 GERENCIA DE ORCAMENTO E FINANÇAS/SAF/ANA	2.454.373,05		118.130,37	2.454.373,05	19/SET/2012	18/SET/2017	1
3	682151	153103 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.300.034,02		126.891,17	1.300.034,02	14/NOV/2014	13/NOV/2017	1
3	682255	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	139.117,86		139.117,86	139.117,86	14/NOV/2014	13/AGO/2016	1
3	682494	153115 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	4.000.000,00		500.000,00	4.000.000,00	16/DEZ/2014	15/DEZ/2017	1
3	682509	120094 QUARTO CENTRO INT. DEF. AEREA CONTR.TFG.AEREO	5.424.369,12		0	5.424.369,12	15/SET/2014	14/SET/2019	1

LEGENDA		
Modalidade:	Situação da Transferência:	
1 - Convênio	1 - Adimplente	5 - Excluído
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente	6 - Rescindido
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa	7 - Arquivado
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído	

5.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
CNPJ:	07.129.796/0001-26					
UG/GESTÃO:	110551/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	0	0	0		0	0
Contrato de Repasse	0	0	0		0	0
Termo de Cooperação	5	1	2	6.328.574	14.639.945	22.910.722
Termo de Compromisso	0	0	0		0	0
Totais		0	0	6.328.574	14.639.945	22.910.722

Fonte: Siafi Operacional

5.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

UNIDADE CONCEDENTE					
NOME: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA					
CNPJ: 07.129.796/0001-26			UG/GESTÃO: 110511/00001		
EXERCÍCIO DA PRESTAÇÃO DAS CONTAS	QUANTITATIVOS E MONTANTE REPASSADOS		INSTRUMENTOS (QUANTIDADE E MONTANTE REPASSADO)		
			CONVÊNIOS	TERMO DE COOPERAÇÃO	CONTRATOS DE REPASSE
2014	CONTAS PRESTADAS	QUANTIDADE	1	0	0
		MONTANTE REPASSADO	2.000.000,00	0	0
	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE	0	1	0
		MONTANTE REPASSADO	0	3.250.000,00	0
2013	CONTAS PRESTADAS	QUANTIDADE	2 (RICARDO FRANCO E FAPESPA)	1	0
		MONTANTE REPASSADO	4.025.000	3.250.000	0

	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE	0	0	0
		MONTANTE REPASSADO	0	0	0
2012	CONTAS PRESTADAS	QUANTIDADE	2 (FAP/DF E RICARDO FRANCO)	1 (GPIS)	0
		MONTANTE REPASSADO	0	22.910.722	0
	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE	2 (FAPEAM E FAPESPA)	0	0
		MONTANTE REPASSADO	0	0	0
ANTERIORES A 2012	CONTAS NÃO PRESTADAS	QUANTIDADE	0	0	0
		MONTANTE REPASSADO	0	0	0

Fonte: Siconv e Siasi Operacional

5.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE.

POSIÇÃO
31/12

EM R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: CENSIPAM					
CNPJ: 07.129.796/0001-26		UG/GESTÃO: 110511/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
2014	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
		Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	2.000.000	0
2013	Quantidade de Contas Prestadas			2	0
	Com Prazo de Análise ainda	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
Quantidade Reprovada			0	0	

	não Vencido		Quantidade de TCE	0	0	
			Montante Repassado (R\$)	0	0	
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	0	0	
			Montante Repassado (R\$)	0	0	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	2	0
				Quantidade Reprovada	0	0
				Quantidade de TCE	0	0
				Montante Repassado (R\$)	4.025.000	0
Contas NÃO Analisadas			Quantidade	0	0	
			Montante Repassado (R\$)	0	0	
2012 Exercício Anterior a 2012	Quantidade de contas prestadas			4	0	
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	0	0	
			Quantidade Reprovada	2	0	
			Quantidade de TCE	0	0	
			Montante repassado		0	
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	2	0	
		Montante repassado (R\$)		0		
Exercício Anterior a 2012 Fonte: Siconv e Siafi Operacional	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	0	0	
			Montante Repassado	0	0	

Fonte: Siconv e Siafi Operacional

5.4.5 Análise Crítica

Instrumento no 744077/2010: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). O objeto desse convênio é constituído em duas partes: I – Operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Aplicados ao Censipam; e II – Otimização da gestão de projetos de pesquisa e de fomento da FAP/DF. O valor global do convênio é de R\$ 3 milhões, sendo R\$ 1 milhão em contrapartida e R\$ 2 milhões de repasse. Já foram repassados integralmente os recursos oriundos da concedente por meio da ordem bancária 2010OB801092, de 07/07/2010. Esse convênio foi denunciado pela convenente em fevereiro de 2012.

A entrega física da prestação de contas e a devolução parcial do saldo do convênio, no valor de R\$ 1.200.621,33, foi realizada pela FAP/DF, com os correspondentes registros no SICONV e reflexos no SIAFI. Posteriormente, a FAP/DF também apresentou a prestação de contas no SICONV atendendo às exigências da legislação em vigor.

A prestação de contas apresentada foi avaliada tendo sido solicitadas retificações e recolhimento do saldo em conformidade com o instrumento do convênio assinado entre as partes. Em 12 Dez 2013 a FAP/DF efetuou o recolhimento de importância remanescente de R\$ 612.812,46, com os correspondentes registros no SICONV e reflexos no SIAFI. A prestação de contas retificada foi também apresentada no SICONV, sendo retornada novamente à FAP/DF para correção dos registros em conformidade com o instrumento do convênio.

A FAP/DF realizou todos os registros e correções no SICONV, recolhendo um saldo do convênio superior ao devido, sendo que o Censipam devolveu à FAP/DF no dia 20/10/2014 o valor de R\$ 24.088,30, que superava o saldo devido.

Portanto, o Gestor realizou o aceite da prestação de contas no SICONV e o convênio encontra-se encerrado sem pendências.

Instrumento nº 674031 e 680690: Termo de Cooperação que celebram a ANA, o MCTI, a AEB, o CNPq, o MD e o CENSIPAM com o objeto de regular a administração e o rateio de despesas do Complexo Administrativo situado no Setor Policial Sul - SPO.

Instrumento nº 675853: Termo de Cooperação firmado entre o Censipam e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, com o objetivo de realizar atividades conjuntas para a consecução do “Projeto de Implantação de Cartografia da Amazônia”.

Em 2014 foram entregues 2464 produtos cartográficos terrestres, náuticos e geológicos o que correspondeu a 43% da meta estabelecida para o período.

As entregas de produtos cartográficos tiveram o desempenho aceitável em função da disponibilidade de recursos orçamentários de R\$17.725.185,82 diante da previsão inicial de R\$53.235.771,00 na proposta da LOA 2014. Considerando que o limite orçamentário para o projeto foi de R\$18.400.000,00, verifica-se que foram executados 96,33% dos recursos previstos na LOA 2014.

Em 2015 o Projeto será reformulado em prazo, metas físicas e orçamentárias, os ajustes serão consignados em novo instrumento legal no período de 2015 a 2018.

Parceria com os Comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha.

Instrumento nº 676938: Termo de Cooperação firmado pelo Censipam, em novembro de 2013 com o Estado Maior da Aeronáutica – EMAER, objetivando a aquisição, implantação e transporte seguro de uma Estação de processamento de Imagens Multiespectrais para o Sistema Aerofotogramétrico Digital ADS-80, bem como todo o material necessário à instalação da mesma, seus componentes, acessórios, equipamentos e capacitação, destinados ao emprego operacional no Centro de Coordenação-Geral, sediado em Brasília-DF, em proveito do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), de acordo com o Plano de Trabalho acordado, no montante de R\$ 3.250.000,00.

Em julho de 2014 o equipamento foi entregue no Escritório da FAB em Washington nos EUA – a CABW, sendo enviado ao Brasil e recepcionado pelo CTLA-FAB no rio de Janeiro e fim de setembro e com chegada à Brasília em outubro. O equipamento foi oficialmente desembalado em novembro pela necessidade da presença dos técnicos da LEICA, sendo montado e instalado.

O treinamento está programado para ocorrer de Fevereiro à Abril de 2015 e dará ao CENSIPAM a capacidade de recobrimento aéreo de altíssima resolução, além da extração de dados altimétricos de alta precisão em escalas de 1:1.000 à 1:10.000. O Termo de Encerramento ocorreu no mês de Fevereiro de 2015.

Instrumento nº 678770: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFPA, tendo como objeto Gestão e Manutenção da Rede Metropolitana de Pesquisa Metrobel.

Instrumento nº 682151: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFRN, tendo como objeto Desenvolvimento de estudos em tecnologia da informação e modernização da gestão pública dos sistemas SIPAC, SIGRH e SIGADMIN.

Instrumento nº 682255: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFPA, tendo como objeto Implantação de modelo de gestão de Competência no âmbito do CENSIPAM.

Instrumento nº 682494: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFRJ, tendo como objeto a estruturação de ações especializadas definidas através de estudos técnico-científicos para a estruturação de ações especializadas relacionadas com as atividades executadas pelo Sistema de Proteção da Amazônia, relacionados a estudos das potencialidades do Projeto de Cartografia da Amazônia, Estudos e Monitoramento das Mudanças do Clima e, Modelo Logístico para sustentação da arquitetura tecnológica do Sistema de Proteção da Amazônia. O custo total do TED é da ordem de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) que deverá ser

repassado à UFRJ em parcelas anuais, durante a vigência dos 36 meses. O primeiro repasse foi executado em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Instrumento nº 682509: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e o CINDACTA IV, tendo como objeto Disciplinar o fornecimento e rateio das despesas referentes ao consumo de energia elétrica, contratada junto à empresa amazonas energia do Sistema Eletrobrás, para o complexo de instalações Cindacta IV e do CR-MN.

Sobre as estruturas de controle:

No fluxo de controle definido pelo Censipam prevê que as iniciativas de parceria surgem ou por proposta externa¹ ou por demanda de execução de atividades de um projeto interno que necessitem da competência legal ou técnica de outro órgão. Em ambos os casos, em primeiro lugar, é realizada, pela Direção do Censipam, a análise de adequação da proposta de parceria às atribuições legais, à missão e aos objetivos estratégicos desse órgão.

Uma vez declarada como adequada, a proposta segue para a fase de planejamento e elaboração dos termos de parcerias. A Coordenação-Geral de Integração Institucional (CGIIN) é responsável pela orientação processual que visa garantir a completa documentação e exposição dos motivos, do objeto e do objetivo da parceria, bem como a identificação das atividades, seus responsáveis e prazos, e confecção do plano de trabalho e da minuta do termo de parceria.

Em seguida são elaboradas notas técnicas pelas áreas técnicas envolvidas (geralmente DITEC e DIPRO), que relatam sobre a viabilidade técnica de execução, expõem sobre a capacidade e disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros necessários para execução do plano apresentado. Baseado na declaração de recursos financeiros apresentada, a DIRAF, emite parecer sobre a disponibilidade, ou não, de recursos para esse fim. Essas análises de viabilidade definem se há previsão ou não de capacidades para execução da parceria ou se há necessidade de um rearranjo para viabilizá-la.

Quando as análises de viabilidade indicam condições para execução da parceria, a CGIIN dá prosseguimento ao processo e emite parecer técnico final ao Diretor-Geral a fim de dar suporte à decisão dele quanto à conveniência e oportunidade.

Caso haja definição de continuidade, o processo é encaminhado à CONJUR/MD para análise jurídica.

Ao retornar, o processo é novamente avaliado podendo ser arquivado, caso considerado inviável juridicamente, ou é adequando segundo as orientações da CONJUR/MD, os termos finais são redigidos e assinados pelos representantes dos órgãos partícipes.

O Diretor-Geral, por meio de portaria, nomeia um servidor do Censipam como gestor da parceria para dar andamento à execução do plano de trabalho.

¹ Órgão administração pública federal direta ou indireta; dos órgãos da Administração Pública municipal, estadual ou distrital, direta ou indireta, além das entidades da sociedade civil organizada e empresas privadas sem fins lucrativos.

5.5 Suprimento de Fundos

5.5.1 Concessão de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.5.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	110511	CENSIPAM	0	0	23	88.048,37	13.824,13
2013	110511	CENSIPAM	0	0	21	71.920,22	19.467,00
2012	110511	CENSIPAM	0	0	19	63.759,31	26.610,00

Fonte: Site do Banco do Brasil (Setor Público)

5.5.2 Utilização de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.5.2 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	110511	CENSIPAM	0	0	16	11.081,74	79.966,63	88.048,37
2013	110511	CENSIPAM	0	0	10	6.789,00	65.136,22	71.920,22

Fonte: Site do Banco do Brasil (Setor Público)

5.5.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.5.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
110511	Censipam	33.90.30	33903001	41.198,28
			33903002	9,15
			33903004	40,00
			33903011	306,00
			33903012	298,72
			33903015	703,00
			33903016	491,33
			33903017	2.248,48
110511	Censipam	33.90.30	33903019	613,42
			33903021	557,25
			33903024	4.449,62
			33903025	1.064,50
			33903026	7.003,83

			33903027	111,09
			33903028	1.009,73
			33903029	793,90
			33903039	6.742,24
			33903042	2.119,50
			33903099	32,70
		33.90.39	33903901	300,00
			33903916	115,00
			33903917	1.190,00
			33903919	4.104,00
			33903923	80,00
			33903957	200,00
			33903959	399,40
			33903963	285,00
			33903974	11.307,23
			33903978	250,00
			33903999	25,00

5.5.4 Análise crítica

A aplicação de recursos nessa modalidade restringiu-se ao indispensável para realização das missões de campo e despesas administrativas, ambas classificadas como despesas de pequeno vulto, tudo de acordo com a legislação vigente.

No momento em que o Ordenador de Despesa delega um servidor como agente suprido, é enviado via malote ao servidor os seguintes documentos:

- Plástico – Cartão de Pagamento do Governo Federal;
- Cópia do Ofício Circular 08 – Regras Básicas sobre Suprimento de Fundos assinado pelo Senhor Diretor Geral;
- Portaria Normativa nº 1.403/MD, de 26 de Outubro de 2007;
- Formulário de Controle de abastecimento de veículo oficial;
- Manual do SIAFI - Transação CONMANMF código 02.11.21, atualizado.

Ainda há a orientação ao agente suprido de que busque informações complementares, mediante site da CGU, sobre Leis e Decretos que regulamentam os procedimentos para uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

No início do exercício financeiro através de Ofício, é solicitada a nova Programação Financeira dos Agentes Supridos para o ano corrente e respectivamente o encerramento dos saldos do ano anterior.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Não há conteúdo a ser declarado para os subitens “Irregularidades na Área de Pessoal” e “Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes (elisão do dano)”.

6.1 Estrutura de pessoal da unidade

A demonstração da força de trabalho do Censipam é objeto dos Quadros A.6.1 e A.6.1.1 os quais demonstram respectivamente a lotação e as situações que reduzem a força de trabalho da unidade.

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

6.1.1.1 Lotação

QUADRO A.6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	460	201	36	22
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	460	201	36	22
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	284	52	18	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	176	149	18	15
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	40	30	4	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	500	231	40	23

Fonte: SIAPE e Cadastro de RH.

6.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

QUADRO A.6.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	155	40
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	155	40
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	35	17
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	120	23
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	30	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	185	46

Fonte: SIAPE e Cadastro de RH.

6.1.1.3 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

QUADRO A.6.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	47	38	8	2
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	47	38	4	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	8	1	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	30	3	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	169	141	18	15
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	169	141	18	15
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	216	179	18	15

Fonte:SIAPE e Cadastro RH

6.1.1.4 Análise Crítica

- **a quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da unidade jurisdicionada:** os servidores efetivos do Censipam correspondem 46,2% dos cargos autorizados, ou seja, menos da metade da força de trabalho necessária para o cumprimento das diversas missões do Órgão.
- **resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados:** 32,69% dos servidores de carreira estão na área fim, 67,30 na área meio e dentro dos cargos comissionados autorizados 15,78% estão lotados na área fim e 78,94% na área meio. O percentual menor na área fim justifica-se pela dificuldade de seleção de servidores com qualificação técnica específica que a área exige como também a prevê a distribuição de cargos constante no Decreto nº 7974, de 1º de abril de 2013.
- **possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais velhos:** não há ainda previsão de impacto considerando aposentadoria, pois apenas dois servidores de carreira vinculados ao Órgão estão na faixa etária de 51 a 60 anos e com contagem de tempo de serviço.
- **eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UJ, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UJ:** não há servidores afastados.

6.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

As ações de capacitação deste Censipam foram estruturadas obedecendo às especificidades de cada Unidade, com vistas a qualificar e requalificar a força de trabalho gerencial e técnica para que alcancem o desempenho esperado, bem como as diretrizes traçadas pelo Planejamento Estratégico do Censipam.

Das Ações de Capacitação, cabe-nos explicitar:

- Ações Planejadas para 2014: 37 ações de capacitação.
- Ações Realizadas: 42 Cursos, sendo:
 - 05 Cursos realizados por parceria entre o Censipam, o Ministério da Defesa e o Ministério da Integração Nacional (sem custos);
 - 22 Cursos voltados a áreas finalísticas;
 - 20 para atender à área meio;
- 374 servidores capacitados.

Para fazer frente às demandas de capacitação foram disponibilizados R\$ 325.654,44 (trezentos e vinte cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro reais), incluindo diárias, passagens e inscrições.

Foram empenhados R\$ 312.769,00 (trezentos e doze mil, setecentos e sessenta e nove reais) referente à capacitação, sendo a diferença em razão de 02 cursos terem sido alocados em dotação diferente da utilizada para capacitação, bem como diárias e passagens.

Dentre as ações de capacitação conduzidas para atender diretrizes da Diretoria, destaca-se o 1º Encontro de Gestores do Censipam. O Encontro teve o objetivo de reunir à Alta Gestão do Censipam Diretores, Coordenador-Gerais, Coordenadores e os Gerentes Regionais com vistas ao alinhamento para:

- a) O alinhamento entre o trabalho dos gestores e o planejamento organizacional, estimulando a busca de melhores resultados no cumprimento da missão da organização;
- b) O desenvolvimento da competência de tomada de decisão e análise de problemas por meio da compreensão dos passos que compõem o processo decisório;
- c) O estabelecimento de relacionamentos interpessoais éticos, empáticos e cooperativos, atuando como mentor emocional, mediando conflitos e respeitando as diferenças;
- d) O desenvolvimento de critérios e habilidades necessários para estabelecer canais efetivos de comunicação, feedback e influência de pessoas e de equipes;
- e) A otimização da gestão de recursos, por meio da adequada captação, da administração do tempo e de reuniões eficazes;
- f) Integração dos Gestores do Censipam.

Outro treinamento de destaque foi o Curso de MS Project que teve como objetivo qualificar os Gestores de Projetos do Censipam na ferramenta do Project, com o objetivo primordial de gerenciamento de projetos com ferramentas necessárias para planejar, gerenciar, acompanhar e analisar seus planos profissionais.

Na área meio, destaca-se os seguintes cursos: Utilização do LIBREOFFICE, realizado nos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, bem como no Centro de Coordenação-Geral em Brasília; Curso de Elaboração de Termos de Referência estruturado de acordo com o que preconiza a CGU/TCU; Curso de Operacionalização do novo SIAFI e CPR; e Telefonia Voip com Asterisk, dentre outros.

Na área fim destacam-se os cursos: Análise do Ponto de Função, Interpretação e Processamento de Radar Meteorológico, Curso de Radar Teórico e Prático e participação no Seminário Interno de Hidrometeorologia.

6.1.3 Custo de Pessoal da UJ

QUADRO A.6.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	3.048.161,18	0	876.215,53	825.286,10	0	0	0	0	4.749.662,81
	2013	1.469.837,94	0	370.687,20	351.719,29	0	0	0	0	2.192.244,43
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	3.420.443,38	0	0	0	0	0	0	0	3.420.443,38
	2013	3.469.453,87	0	0	0	0	0	0	0	3.469.453,87
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2014	2.280.587,32	0	0	0	0	0	0	0	2.280.587,32
	2013	1.396.842,56	0	0	0	0	0	0	0	1.396.842,56
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	707.340,00	0	0	0	0	0	0	0	707.340,00

Fonte: SIAPE.

6.1.4 Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

O possível risco identificado na gestão de pessoas refere-se ao índice considerado elevado 64,5% de servidores requisitados de outros órgãos e esferas que compõe a força de trabalho, tendo em vista que podem retornar a seus órgãos de origem quando convocados ou por vontade própria.

6.1.5 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

No sentido de promover melhorias contínuas no processo de Capacitação do Censipam, foi definido um conjunto de indicadores que possibilitam avaliar o nível de eficácia e eficiência das ações executadas. Esses indicadores propiciam o cálculo objetivo de resultados pertinentes ao desenvolvimento dos servidores, promovendo assim as melhorias necessárias. O Conjunto de indicadores que servirão como base para mensurar os resultados foi construído, conforme o BSC – Balanced Score Card, exemplificado logo abaixo.

A avaliação do Plano de Capacitação deu-se por meio do monitoramento das ações de capacitação, verificando-se as metas alcançadas com base nos indicadores propostos e nas percepções e registros dos treinandos e suas chefias.

Os indicadores propostos para o Plano de Capacitação do Censipam no exercício de 2014 foram:

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	ANO BASE 2014
Alcance da Meta Física de Servidores Capacitados	% de servidores capacitados em relação à meta física programada para o exercício	$AMF = \frac{\text{Total de servidores Capacitados}}{\text{Total de Servidores Censipam}} \times 100$	$374/231 \times 100 = 161,90\%$
Valor	Investimento médio em Capacitação por servidor	$A/S = \frac{\text{Total Investido em Capacitação}}{\text{Total de Servidores Capacitados}} \times 100$	$325.654,44/374 = 870,73$
Alcance de Realização do PAC	% de realização do Plano de Capacitação – PAC	$ARP = \frac{\text{Somatório das Ações Planejadas Ofertadas}}{\text{Somatório de Ações Planejadas}} \times 100$	$42/37 \times 100 = 113,51\%$
Alcance da Meta Orçamentária	% de execução orçamentária em relação do total anual disponibilizado pela LOA	$AMO = \frac{\text{Total Anual do Orçamento}}{\text{Total Anual do Orçamento Disponibilizado LOA}} \times 100$	$325.654,44/446.486,03 \times 100 = 73,94\%$

1. Com relação ao primeiro indicador, verifica-se que foi possível o atingimento do quadro efetivo Censipam no total de 231 servidores, perfazendo-se assim um percentual de 161,90%. Apesar de a Meta Física estipulada compreender capacitação para 200 servidores o órgão atingiu um quantitativo maior, tendo em vista a parceria com outros Ministérios.

2. O segundo indicador demonstra que o Censipam foi efetivo no gasto em capacitação por servidor, levando-se em conta os valores praticados no mercado, com cursos que variavam entre R\$ 1.890,00 a R\$ 3.000,00. O valor de R\$ 870,73/servidor fica bem abaixo da média praticada no mercado, em 2014.

3. O alcance da realização desse indicador deu-se em razão das Parcerias formuladas com o Ministério da Defesa e o Ministério da Integração Regional, com a disponibilização de vagas em cursos ofertados por aquelas Instituições, sem custos ao Censipam.

4. O valor disponibilizado pela LOA não foi gasto em sua integralidade haja vista problemas enfrentados quando da execução, com empresas que apresentaram problemas no SICAF.

6.2 Contratação de mão de obra de apoio e de Estagiários

6.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

O Quadro abaixo, correspondente aos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2014, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício, mesmo que não efetivados.

QUADRO A.6.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante								
Unidade Contratante								
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA								
UG/Gestão: 110511								
Informações sobre os contratos					CNPJ: 07.129.796/0001-26			
Ano do	Área	Nat.	Identifica	Empresa	Período contratual de	Nível de Escolaridade	Sit.	

contrato			ção Contrato	Contratada (CNPJ)	execução das atividades contratadas		exigido dos trabalhadores contratados						
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	008/2010	07.069.574/0001-65	11/04/14	10/04/15			13	13			P
2010	V	O	009/2010	09.267.406/0001-00	14/04/14	13/04/15			6	6			P
2013	V	O	041/2013	07.030.464/0001-90	25/12/14	24/12/15			23	23			A
2013	V	O	043/2013	10.760.842/0001-03	02/01/15	01/01/16			16	16			P
2009	L	O	008/2009	07.783.832/0001-70	15/03/13	14/12/14			12	12			E
2009	L	O	021/2009	05.119.366/0001-06	05/06/13	04/12/14			6	6			E
2011	L	O	019/2011	07.174.641/0001-20	23/05/13	22/12/14			11	11			E
2011	L	O	020/2011	10.587.618/0001-53	13/06/14	12/06/15			14	14			P
2013	L	O	036/2013	07.870.937/0001-67	02/12/13	01/12/14			-	-			E
2014	L	O	52/2014	13.603.268/0001-60	15/12/14	14/12/15			30	30			A
2014	L	O	53/2014	02.961.711/0001-58	05/12/14	04/12/15			7	7			A
2014	L	O	55/2014	09.134.888/0001-20	23/12/14	22/12/15			16	16			A

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

6.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.2.2 - CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Unidade Contratante													
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA													
UG/Gestão: 110511							CNPJ: 07.129.796/0001-26						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	005/2012	06.788.122/0001-70	18/12/13	02/05/14			3	3			E
2013	4	O	004/2013	11.699.013/0001-17	04/04/13	03/04/14			2	2			E
2013	4	O	005/2013	11.143.979/0001-73	08/04/13	07/04/14			2	2			P
2014	4	O	020/2014	05.922.287/0001-20	04/05/14	03/05/15			3	3			A
2014	4	O	022/2014	09.134.888/0001-20	16/06/14	15/06/15			2	2			A
2014	4	O	044/2014	13.290.129/0001-23	15/12/14	14/12/15			2	2			A
2012	4	O	011/2012	11.634.366/0001-39	30/08/13	29/08/14			2	2			E
2012	6	O	010/2012	11.634.366/0001-39	25/07/13	24/07/14			3	3			E
2011	6	O	023/2011	10.927.661/0001-10	04/07/13	03/07/14			2	2			E
2012	6	O	012/2012	08.307.120/0001-48	01/08/13	02/04/14			4	4			E
2014	6	O	015/2014	05.119.366/0001-06	04/04/14	03/04/15			4	4			A
2014	6	O	027/2012	03.940.283/0001-40	01/11/14	31/10/15			2	2			P
2014	6	O	036/2014	09.172.237/0001-24	03/11/14	02/11/15			4	4			A
2014	6	O	037/2014	04.236.031/0001-05	03/11/14	01/11/15			2	2			A
2011	7	O	007/2011	07.594.738/0001-73	01/03/13	28/02/14			3	3			E
2008	7	O	006/2008	24.016.172/0001-11	01/04/13	31/03/14			17	17	1	1	E
2011	7	O	007/2011	07.594.738/0001-73	01/03/13	28/02/14			3	3			E

2012	7	O	031/2012	07.436.461/0001-50	26/02/14	25/02/15			2	2			P
2013	7	O	003/2013	12.441.717/0001-58	31/03/14	30/03/15			2	2			P
2014	7	O	013/2014	12.523.206/0001-85	27/03/14	26/03/15			3	3			P
2014	7	O	016/2014	02.295.753/0001-05	08/03/14	07/03/15			1	1			P
2013	8	O	029/2013	07.525.262/0001-19	19/11/13	18/11/14			1	1	1	1	E
2013	8	O	030/2013	07.525.262/0001-19	19/11/13	18/11/14			1	1	1	1	E
2014	8	O	041/2014	03.374.266/0001-92	03/12/14	02/12/15			1	1			A
2014	8	O	051/2014	16.887.298/0001-33	15/01/15	14/01/16			1	1			A
2008	11	O	007/2008	24.016.172/0001-11	01/10/13	31/03/14			14	14	1	1	E
2014	11	O	008/2014	03.591.509/0001-44	01/02/14	31/01/15			10	10	1	1	A
2014	11	O	009/2014	03.591.509/0001-44	31/01/14	30/01/15			14	14	1	1	A
2014	11	O	010/2014	84.540.905/0001-44	11/03/14	10/03/15			17	17	1	1	A
2014	11	O	014/2014	08.220.952/0001-22	03/04/14	02/04/15			14	14	1	1	A
2013	14	O	002/2013	15.868.043/0001-60	05/03/13	04/03/14			2	2	2	2	E
2013	14	O	010/2013	09.134.888/0001-20	22/04/14	21/04/15			1	1	1	1	P
2011	14	O	026/2011	12.441.717/0001-58	23/04/14	22/04/15			1	1			P
2013	14	O	014/2013	07.783.832/0001-70	30/08/14	29/08/15			2	2	2	2	A
2013	14	O	015/2013	04.105.439/0001-30	28/06/14	27/06/15			2	2	2	2	A
2013	14	O	016/2013	11.634.366/0001-39	12/08/13	11/08/14			2	2	2	2	E
2013	14	O	022/2013	10.448.193/0001-00	28/06/14	27/06/15			1	1	1	1	A
2013	14	O	031/2013	10.448.193/0001-00	30/09/14	29/09/15			1	1	1	1	P
2013	14	O	033/2013	07.525.262/0001-19	19/11/13	18/11/14			1	1	1	1	E
2014	14	O	032/2014	13.192.004/0001-60	01/10/14	30/09/15			7	7			A
2014	14	O	033/2014	16.887.298/0001-33	10/10/14	09/10/15			5	5			A
2014	14	O	034/2014	16.887.298/0001-33	01/10/14	30/09/15			5	5			A
2014	14	O	035/2014	07.047.898/0001-00	10/10/14	09/10/15			5	5			A
2014	14	O	038/2014	13.192.004/0001-60	03/11/14	02/11/15			2	2			A

LEGENDA

Área:

1. *Conservação e Limpeza;*
2. *Segurança;*
3. *Vigilância;*
4. *Transportes;*
5. *Informática;*
6. *Copeiragem;*
7. *Recepção;*
8. *Reprografia;*
9. *Telecomunicações;*
10. *Manutenção de bens móveis;*
11. *Manutenção de bens imóveis;*
12. *Brigadistas;*
13. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;*
14. *Outras.*

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

6.2.3 Análise Crítica

O Censipam durante o exercício de 2014 não encontrou dificuldades na condução dos contratos de prestação de serviços acima citados. Nenhum contrato teve interrupção de serviços prestados, não quitação de débitos trabalhistas e nenhuma ação trabalhista ajuizada por empregados terceirizados.

6.2.4 Contratação de Estagiários

QUADRO A.6.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	66	68	63	58	497.664,34
1.1 Área Fim	3	2	1	1	
1.2 Área Meio	63	66	62	57	
2. Nível Médio	36	33	28	21	
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	36	33	28	21	
3. Total (1+2)	102	101	91	79	

Fonte: SIAPE e Cadastro Interno de servidores e contratados.

Análise Crítica – O Censipam adota a política de contratação de estagiários por meio de contrato de licitação celebrado com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, obedecendo aos dispositivos legais da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Os estagiários contratados são alocados em sua maioria na área meio, tendo em vista que realizam atividades de suporte e apoio com a devida supervisão.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Não há conteúdo a ser declarado para o subitem “Imóveis locados de terceiros”.

7.1 Gestão da Frota de veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Na gestão de frota de veículos, deste centro, é seguida a Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da informação do Ministério do Planejamento e o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008.

A frota de veículos da Instituição demonstra-se necessária para atendimento das demandas administrativas e desempenho das atividades finalísticas do Órgão e dentro desta última finalidade utilizada nas missões de campo na região amazônica.

O Censipam possui frota de veículos própria, composta por 29 (vinte e nove) veículos, sendo distribuídos nos Centros Regionais em Belém-PA, Manaus-AM e Porto Velho-RO e o Centro de Coordenação Geral em Brasília-DF. Foram adquiridos no final do exercício de 2014 mais 05 (cinco) veículos para atividades de serviços comuns, 08 (oito) veículos para missão de campo e 01 (um) veículo institucional. Os mesmos ainda não foram entregues, portanto ainda não estão computados na frota do CENSIPAM.

O setor de transportes do CENSIPAM foi incorporado, em 2012, à área de Coordenação de Manutenção Predial, hoje, incorporada a Coordenação de Serviços Gerais. A equipe atual por esta pasta é composta por 2 (dois) servidores e 01 (um) terceirizado que são responsáveis pela gestão da frota.

O CENSIPAM percebe a necessidade de manter uma frota com custo reduzido, buscando a eficiência e eficácia da mesma. Assim, alguns veículos serão disponibilizados para doação e a substituição da frota será gradativamente.

O controle e acompanhamento do processo de serviço de transporte são realizados por meio de planilhas de controle de missões, consumo de combustíveis, manutenções, distância percorrida de todos os veículos constantes da frota.

As viaturas do Censipam são utilizadas para atender as demandas administrativas e missões de campo. As missões de campo são realizadas constantemente e em grande parte na Região Amazônica, onde particularidades sobre o clima e estradas/locomoção encarecem o serviço de locação de veículo.

Segue a planilha com a situação atual dos veículos bem como o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV/2014:

PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - PAAV/2014

Centro Regional		Placa	Veículo	Fabricante	Ano de Fabricação	Km Rodada	Estado de Conservação	Situação	Aquisição	Finalidade	Qtde
Situação Atual	BELEM	JFP-1814	S10 2.8D	Chevrolet	2001/2002	105886	Funcionando/ Ruim	Substituir	VTR tipo Pick-up 4x4	Serviços de missão de campo	4
		JFP-8185	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2003/2004	40657	Funcionado / Razoável	Substituir			
		JFP-5936	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2004/2004	49901	Ruim	Aguardando para doação			
		JFP-8235	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2003/2004	39049	Ruim	Aguardando para doação			
		JFP-5846	DUCATO	Fiat	2003/2004	17469	Ruim	Aguardando para doação	Vtr modelo básico, tipo popular, com 4 portas.	Serviços comuns	2
		JHR-1171	L200 4X4 GL	Mitsubish	2011/2011	64642	Funcionado/Bom	Substituir			
		JHR-1181	L200 4X4 GL	Mitsubish	2011/2011	53685	Funcionado/Bom	Substituir			
	JWD-2451	L200 OUTDOOR	Mitsubish	2008/2009	54368	Funcionado/Bom	Substituir	VTR tipo Pick-up 4x4	Serviço de missão de campo	4	
	JXJ-2211	L200 OUTDOOR	Mitsubish	2008/2009	57540	Funcionado/Bom	Substituir				
	JHR-1141	L200 OUTDOOR	Mitsubish	2011/2011	43366	Funcionado/Bom	Substituir				
	JHR-1131	L200 OUTDOOR	Mitsubish	2011/2011	46978	Funcionado/Bom	Substituir				
	JFP-5886	BLAZER 2.8 4X4	Chevrolet	2003/2004	36689	Funcionado/Bom	Substituir				
	JFP-5896	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2004/2004	65294	Funcionado/Bom	Substituir				
	JFP-5906	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2003/2004	54647	Funcionado/Bom	Substituir				
	JWQ-3191	SPRINTER	Mercedes	200/2001	96823	Funcionado/Bom	Substituir	Vtr modelo básico, tipo popular, com 4 portas.	Serviços comuns	2	
	JFP-5876	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2004/2004	64544	Funcionado/Bom	Substituir				
	PORTO VELHO	JHR-1161	L200 4X4 GL	Mitsubish	2011/2011	113950	Funcionado/Bom	Substituir	VTR tipo Pick-up 4x4	Serviço de missão de campo	4
		JFP-5856	DUCATO	FIAT	2003/2004	50632	Funcionado/Bom	Substituir			
		JFP-2574	SANTANA	Chevrolet	2001/2002	-	Ruim	Aguardando para doação			
		JHR-1191	L200 4X4 GL	Mitsubish	2011/2011	84026	Funcionado/Bom	Substituir	Vtr modelo básico, tipo popular, com 4 portas.	Serviços comuns	2
		NBX-9764	HILUX 4CD SR5	Toyota	2000/2001	201166	Funcionado/Bom	Substituir			
		NDV-0430	L200 OUTDOOR	Mitsubish	2008/2009	144166	Funcionado/Bom	Substituir			
		JFP-8195	CORSA CLASSIC	Chevrolet	2003/2004	68701	Funcionado / Razoável	Substituir			
	JFP-8145	BLAZER 2.8 4X4	Chevrolet	2003/2004	117627	Funcionado / Razoável	Substituir				
JFP-8155	BLAZER 2.8 4X4	Chevrolet	2003/2004	107510	Funcionado / Razoável	Substituir	Vtr modelo básico, tipo popular, com 4 portas.	Serviços comuns	3		
JHR-1121	L200 4X4 GL	Mitsubish	2011/2011	68524	Funcionado/Bom	Substituir					
JII-0662	FUSION	Ford	2010/2011	109359	Funcionado/Bom	Substituir					
JFP-1583	SPRINTER	Mercedes	2000/2000	74732	Funcionado / Razoável	Substituir					
JFP-8165	S10 2.8D	Chevrolet	2003/2004	97826	Funcionado / Razoável	Substituir	VTR modelo luxo	Institucional	1		
TOTAL										24	

Necessidade para 2014

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF - DF	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	Não possui	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SPIUnet

7.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

7.2.2.1 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.2.2.1 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
110.511	9701.30495.500-2	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	12.497.931,70	11/12/2014	14.562.836,47	-	
Total							-	-

Fonte: SPIUnet

RIP: É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel.

7.2.2.2 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

QUADRO A.7.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.30495.500-2
	Endereço	SPO, ÁREA 05, QUADRA 03, BLOCO “K” - SETOR POLICIAL SUL - BRASÍLIA-DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3448-77

	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCÁRIO.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA, CONSIDERANDO OS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS COM AQUELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	COLOCAÇÃO DE UM TERMINAL MULTIFUNCIONAL DE SERVIÇOS BANCÁRIOS INSTALADO EM SETEMBRO/2014.
	Prazo da Cessão	60 MESES.
	Caracterização do espaço cedido	ESPAÇO LOCALIZADO À DIREITA DO HALL DE ENTRADA DO PRÉDIO DO CENSIPAM, MEDINDO 1,60M X 2,5M TOTALIZANDO 4,00M2.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 158,00 (CENTO E CINQUENTA E OITO REAIS) A TÍTULO DE RESSARCIMENTO PELO USO DA ENERGIA ELÉTRICA. ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS DEMANDADOS PELOS SERVIDORES DO CENSIPAM, CENAD, BEM COMO DOS VISITANTES. FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIMENTO VIA RECOLHIMENTO DE GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ABATIMENTO DO VALOR PAGO REFERENTE AO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DO

		CENSIPAM.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	CÁLCULO DO CONSUMO MENSAL EFETUADO PELA COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO CENSIPAM, CONFORME INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO CONSTANTES NO PROCESSO N° 00012.001195/2009-12.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.30495.500-2
	Endereço	SPO, ÁREA 05, QUADRA 03, BLOCO “K” - SETOR POLICIAL SUL - BRASÍLIA-DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.353.358/0001-96
	Nome ou Razão Social	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
	Atividade ou Ramo de Atuação	SERVIÇO PÚBLICO.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DAQUELE ÓRGÃO.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	INSTALAÇÃO DA SEDE DO CENTRO NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES - CENAD.
	Prazo da Cessão	60 MESES.
	Caracterização do espaço cedido	ESPAÇO LOCALIZADO NO PRÉDIO DO CENSIPAM, COM ÁREA CONTRUÍDA MEDINDO 638,45M2,

		EQUIVALENTES A 15,32% DA ÁREA TOTAL DO PRÉDIO DO CENSIPAM.
Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente		REPASSE FINANCEIRO DA ORDEM DE 15,32% DE TODAS AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO CENSIPAM, CALCULADO PROPORCIONALMENTE À OCUPAÇÃO FÍSICA DO PRÉDIO. ALÉM DO FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS, AS AÇÕES REFERENTES E INERENTES À AMAZÔNIA LEGAL SÃO EFETUADAS EM CONJUNTO COM VÁRIOS ÓRGÃOS, INCLUSIVE O CENAD.
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios		TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E RECURSOS FINANCEIROS VIA SIAFI, À CONTA DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20T5 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO CENSIPAM, UG: 110.511, GESTÃO 001.
Forma de utilização dos Recursos Recebidos		ABATIMENTO DOS VALORES PAGOS REFERENTES ÀS DESPESAS ADMINISTRATIVAS INERENTES AO FUNCIONAMENTO DO CENSIPAM.
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel		PROPORCIONAL À OCUPAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO PRÉDIO DO CENSIPAM.

7.2.3 Análise Crítica

UG 110.511 - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam:

- a) O controle e a gestão patrimonial do imóvel são de responsabilidade da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado do Censipam, no que diz respeito à regularização e guarda de documentos, bem como o acompanhamento e atualizações no sistema SPIUnet;
- b) O imóvel do Censipam está situado no SPO, Área 05, Quadra 03, Bloco “K” - Setor Policial Sul - Brasília-DF, a área do terreno é de 170.123,79 m² e área construída de 13.834,38 m², o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP do imóvel no sistema SPIUnet é nº 9701.30495.500-2 (RIP Utilização), conforme Quadros A.7.2.1 e A.7.2.2.1, foi efetuado pela própria Secretaria do Patrimônio da União, e, atualizado pela Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado do Censipam em 11.12.2014, com auxílio da SPU, utilizando a base da Pauta de Valores de Imóveis para incidência do IPTU 2014, do Distrito Federal, bem como ajuste de valor contabilizado da CCSIVAM referente a benfeitorias do imóvel;
- c) Através do Processo Administrativo nº 60000.011942/2011-14 e da assinatura de Termo de Cessão de Uso nº 01/2012 de 16 de agosto de 2012, foi cedida a área de 638,45 m² do Bloco “K” sob o domínio e posse do Censipam ao Ministério da Integração Nacional – MI, para instalação das dependências do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD/MI, mediante repasse financeiro da ordem de 15,32% de todas as despesas administrativas do Censipam, calculado proporcionalmente à ocupação física do prédio;
- d) Através do Processo Administrativo nº 00012.001195/2009-12 e assinatura de Termo de Cessão de Uso, foi cedida a área de (1,6mx2,5m), totalizando 4,00 m² (Quatro metros quadrados) do Bloco “K” sob o domínio e posse do Censipam ao Banco do Brasil S.A. – CNPJ: 00.000.000/3448-77, para colocação de um terminal multifuncional de serviços bancários instalado em setembro/2014, com ressarcimento mensal dos custos de Energia Elétrica no valor de R\$ 158,00 (Cento e cinquenta e oito reais), mediante recolhimento através de GRU.

Ainda sobre as dependências e instalações do Censipam em Brasília, informamos que o Processo nº 04991.001982/2010-72 continua em tramitação no GRPU, em fase de desmembramento para regularização dos Blocos “J” e “T”, localizados no mesmo condomínio, que também estão em uso por este Órgão.

Quanto às instalações dos Centros Regionais do Censipam de Belém, Manaus e Porto Velho, deixamos de preencher os quadros correspondentes, tendo em vista que os imóveis atualmente utilizados encontram-se em processo de regularização patrimonial junto aos órgãos da União nas unidades federativas dos respectivos imóveis e ainda não possuem Unidade Jurisdicional- UJ, contudo registramos o andamento dos processos, conforme abaixo:

UG 110.586 – Centro Regional de Belém está localizado na área do Aeroporto de Belém, de responsabilidade do I COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processos nºs 04957.005974/2007-16 e 04957.009142/2008-50, RIP nº 0427.00605.500-9, situado na Avenida Júlio César nº 7.060 - Val-de-Cans - Belém-PA. Em 23/04/2014 foi assinado o Termo de Entrega Provisória do Imóvel pelos representantes do SPU-PA e do Censipam, contendo os seguintes dados: Área Total de 61.095,66 m², Tombo PA. 001-001, sob o número de ordem nº 88.273 à margem de transcrição nº 7178, folhas nº 148, Livro 3-F, em 19/12/1978, no Cartório do 2º Ofício de Registro de (Walter Costa) da Comarca de Belém-PA. A área construída é de 9.806,98 m². Imóvel ainda não possui RIP Utilização, motivo de ainda não existir valor contábil registrado no SPIUnet/SIAFI.

UG 110.573 – Centro Regional de Manaus está localizado na área do Aeroporto de Manaus sob o Tombo-AM. 003-017 de responsabilidade do VII COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo nº 04985.000810/2008-46, RIP nº 0255.00658.500-0, situado na Avenida do Turismo nº 1.350 - Tarumã - Manaus-AM. O terreno tem área de 237.000,00 m² com área construída

de 13.378,75 m². Continua sendo realizada a divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional.

UG 110.572 – (CR-Porto Velho) – Centro Regional de Porto Velho, está localizado na área do Aeroporto de Porto Velho sob o Tombo-RO. 001-001 de responsabilidade da Base Aérea de PV, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo n° 05310.001684/2008-42, RIP n° 0003.00361.500-0, situado na Avenida Lauro Sodré n° 6.500 - Aeroporto - Porto Velho-RO. O terreno tem área de 344.395,61 m² e as construções tem área de 8.333,84 m². Continua o processo de divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da tecnologia da informação (TI)

Com o avanço tecnológico a área de TI representa um ponto fundamental para suporte às organizações por fornecer um conjunto bastante extenso de ferramentas e facilidades capazes de promover a padronização e o aumento da produtividade, ampliando as capacidades operacionais nas mais diversas áreas do conhecimento. Este papel se destaca especialmente para atividade finalística do CENSIPAM que está relacionada com a coleta, processamento, armazenamento e análise de dados.

Dentre os sistemas estratégicos da área de TI para o CENSIPAM e que sofreram intervenções significativas em 2014, estão:

TELECOMUNICAÇÕES: o parque de terminais satelitais mantido na Amazônia foi ampliado com a instalação de novos pontos, operacionalização de estações com problemas técnicos e com a modernização de componentes específicos de sua infraestrutura. Além disso, adquiriu-se um novo sistema de telefonia para as unidades do CENSIPAM, completamente baseado em IP.

SISTEMAS DE APOIO ADMINISTRATIVO: resultado de um trabalho de análise e de tratativas de mais um ano, durante o exercício de 2014 fechou-se um Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN que permitirá implantar durante os próximos anos uma plataforma de gestão administrativa que engloba os processos de aquisições, controle de patrimônio, gestão de recursos humanos, gestão de documentos e muitos outros característicos das instituições, em especial, públicas. A implantação desta plataforma, conhecida como conjunto de Sistemas Integrados de Gestão (SIG) promoverá a governança efetiva do ambiente corporativo.

SISTEMA DE ARMAZENAMENTO: realizou-se a ampliação do sistema de armazenamento de dados não estruturados, ampliando a infraestrutura disponível em cada unidade do CENSIPAM, permitindo a salvaguarda dos dados através da replicação das estruturas empregadas.

As demais atividades desempenhadas estão refletidas na relação de contratos mantidas pelo órgão e que pode ser consultada no endereço <http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/index.jsp?CodigoOrgao=110511&TipoOrgao=3>

QUADRO A.8.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014

DADOS CONTRATO						
SERVIÇO	EMPRESA	Nº	VIGÊNCIA	CNPJ	Custo (Valor Total)	Valores Desembolsados 2014
Ampliação de bases de dados	DIGITRO	42/2012	27/12/2013 a 26/12/2014	83.472.803/0001-76	525.315,00	0,00
JAVA-Desenv. Software	FRAMEWORK	19/2014	30/04/2014 A 29/04/2015	06.321.412/0001-00	1.065.000,00	0,00
Infovia	SERPRO	36/2009	01/07/2014 a 29/09/2014	33.683.111/0002-80	31.800,00	47.700,00
Infovia	SERPRO	39/2014	01/11/2014 a 31/10/2015	33.683.111/0002-07	64.800,00	10.800,00
Acesso à Internet	GVT (Global)	27/2011	28/12/2014 a 27/12/2015	03.420.926/0001-24	126.106,20	118.973,30
Mant.e Suporte (IDSeg)	DIGITRO	43/2012	27/12/2013 a 26/12/2014	83.472.803/0001-76	279.950,04	147.074,04
Rede de dados (MPLS)	EMBRATEL	25/2009	20/07/14 a 19/07/15	33.530.486/0001-29	1.108.139,16	1.106.089,53
Telecomunicações	STAR ONE	04/2012	30/11/14 A 29/11/15	03.964.292/0001-70	4.564.070,74	4.564.070,74
Telefonia (Fixa comutada)	EMBRATEL	31/2014	01/10/2014 A 30/09/2015	33.530.486/0001-29	257.621,97	3.637,34
Telefonia (Fixa comutada)	EMBRATEL	18/2013	10/09/2014 a 09/09/2014	33.530.486/0001-29	47.866,32	20.300,24
Telefonia (Fixa comutada)	EMBRATEL	02/2014	03/01/2014 a 02/01/2015	33.530.486/0001-29	4.000,00	1.846,17
Telefonia (Longa distância)	TELEMAR	14/2012	16/09/2013 a 17/09/2014	33.000.118/0001-79	21.000,00	16.975,86

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

O Quadro a seguir, denominado Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

QUADRO A.9.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		x
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<p>O Censipam está integrado aos demais órgãos instalados no Complexo Administrativo do Setor Policial Sul, por meio do Termo de Compromisso nº. 001/ANA/2013, de 25 de setembro de 2013, para a Coleta Seletiva de resíduos, com medidas sustentáveis aplicadas em suas instalações.</p> <p>Existe em andamento a ideia de criação de projeto sustentabilidade Censipam. Atualmente está em fase inicial com a consolidação dos membros de comissão a ser instituída para essa finalidade, bem como a análise do esboço realizado no exercício de 2013.</p>			

10 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Não há conteúdo a ser declarado para o subitem “Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário”.

10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					044072
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-008.246/2014-9	2008/2014		DE	Memorando nº 195/2014/Geori/Ciset-MD, de 06/06/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					044072
Descrição da Deliberação					
Nº de ordem 01 – Determinou ao órgão de pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e os encaminhe via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas pelo TCU ou preenchendo o campo “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal” e detalhando a situação concreta, caso as falhas apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					044072
Síntese da Providência Adotada					
Nº de ordem 03 – Documentos juntados aos autos de novo cadastro no SISAC dos atos de admissão dos servidores.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nº de Ordem 03 – Providências adotadas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

10.1.2 Deliberação do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.10.1.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					044072
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-034.367/2013-6	1558/2014	9.	DE	Memorando nº 156/2014/Ciset-MD; Ofício 0832/2014 e 0833/2014-TCU/Selog, de 25/04/2014
02	TC-021.013/2013-6	6512/2014	1.7 (1.7.1) 9.4	DE	Of1517/2014-TCU/SecexDefesa, de 04/12/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					044072
Descrição da Deliberação					
Nº de ordem 01 – Deliberação do TCU em função de representação formulada pela empresa Websis Tecnologia e Sistemas Ltda referente ao pregão eletrônico nº 54/2013 e considerada procedente pelo órgão competente.					
Nº de ordem 02- Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para que se conclua o processo de apuração do extravio dos 10 notebooks; Providências de instalação e registros dos softwares do aplicativo ERDAS.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					044072
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Nº de ordem 01 – procedimentos licitatórios atendidos.					
Nº de ordem 02 – (Item 1.7.1) – A Unidade elaborou minuta de solução de sindicância, encaminhando à CONJUR/MD, seguindo para apreciação da GEORI/MD, a qual através da Informação nº 159/Geori/Ciset-MD, orientou a UJ para mudança na metodologia de apuração do valor, adaptando a macro função SIAFI 02.03.30.; Atendendo as recomendações de controle dos órgãos do MD, nos quais sugeriram a instauração de sindicância, com o objetivo específico de apurar eventual conluio entre servidores do Censipam e as empresas Imagens Geossistemas e Comércio Ltda e Intersat Imagens Satélite S/C Ltda, com o propósito de subsidiar instauração de Tomada de Constas Especial nos termos na IN-TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.					
A Corregedoria Geral da União instaurou Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 00190.006220/2009-1, o qual se encontra em fase final de elaboração de relatório, conforme relato do presidente da comissão Dr. Gilberto Valer, em 15 de janeiro de 2015.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O Censipam seguindo orientação da GEORI/MD, a qual através da Informação nº 159/Geori/Ciset-MD, para mudança na metodologia de apuração do valor, adaptando a macro função SIAFI 02.03.30.;					
Foi emitida cobrança através de GRU de três equipamentos (1x Péricles Cardim e 2 x Alexandre Simas de Oliveira).					
Com o recolhimento efetuado por parte do Sr Péricles Cardim, o Censipam aguarda o recolhimento da GRU emitida em nome do Sr. Alexandre Simas de Oliveira, bem como orientação do órgão de controle procedimentos para a baixa dos sete equipamentos não apurados nas três sindicâncias, para finalização do processo.					
Sob orientação da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa- Conjur-MD, mediante parecer nº 899/2013-Conjur-MD, este órgão aguarda a conclusão do PAD nº 00190.006220/2009-1, o qual se encontra em fase final de elaboração de relatório na Controladoria Geral da União - CGU, com o objetivo de apurar eventual conluio entre servidores do Censipam e as empresas Imagens Geossistemas e Comércio Ltda e Intersat Imagens Satélite S/C Ltda, com o propósito de subsidiar instauração de Tomada de Constas Especial nos termos na IN-TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.					

10.2 Tratamento de Recomendações do OCI

10.2.1 Deliberações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.10.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			044072
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 002/2014/Geaud/Ciset-MD		Mem 002/2014/Geaud/Ciset-MD, de 07/01/2014
02	Relatório nº 003/2014/Geafo/Ciset-MD	n/c	Mem 023/2014/Geafo/Ciset-MD, de 27/01/2014
03	Informação nº 013/2014/Geaud/Ciset-MD	17 a), b) e c)	Mem 071/2014/Ciset-MD, de 24/02/2014
04	Relatório nº 014/2014/Geafo/Ciset-MD	31.1 e 32.1	Mem 081/2014/Geafo/Ciset-MD, de 28/02/2014
05	Informação nº 017/2014/Geaud/Ciset-MD		Mem 082/2014/Geaud/Ciset-MD, de 06/03/2014
06	Informação nº 019/2014/Geaud/Ciset-MD	2.1., 2.2. e 2.3.	Mem 091/2014/Geaud/Ciset-MD, de 13/03/2014
07	Relatório nº 021/2014/Geafo/Ciset-MD Relatório de Acompanhamento nº 081/2013-GEAUD/CISSET/MD, de 16 Out 2013.	32.1 e 32.2 39.1 e 39.2	Mem 112/2014/Geafo/Ciset-MD, de 28/03/2014 1197/2013/DIGER/Censipam/SG-MD
08	Nota nº 07/2014/Geafo/Ciset-MD		Mem 167/2014/Geafo/Ciset/MD, de 14/05/2014
09	Relatório nº 040/2014/Geafo/Ciset-MD	27.1, 27.2 e 27.3	Mem 178/2014/Geafo/Ciset/MD, de 21/05/2014
10	Nota nº 08/2014/Geafo/Ciset-MD		Mem 187/2014/Geafo/Ciset/MD, de 30/05/2014
11	Informação referente a base de dados do sistema de trilhas de auditoria		Mem 206/2014/Geori/Ciset/MD, de 11/06/2014
12	Relatório de Acompanhamento nº 058/2014/Geafo/Ciset-MD	46.1 e 46.2	Mem 257/2014/Geafo/Ciset-MD, de 29/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			044072
Descrição da Recomendação			
Nº de Ordem 01 – Deficiência nos processos administrativos licitatórios.			
Nº de Ordem 02 – Não foram constatadas pendências.			
Nº de Ordem 03 – a) Revise o valor a ser ressarcido pelo servidor Ronaldo Domingues, promovendo-se a cobrança da diferença apurada, de modo a ressarcir ao erário; b) apresente informações utilizadas sobre as providências adotadas pela Universidade Federal do Pará com o objetivo de recolher aos cofres públicos o valor pago indevidamente ao servidor José			

carvalho de Moraes (R\$608,00); e c) informe o estágio em que se encontra a negociação com a empresa Imagem Geosistemas e Comércio Ltda, em função do Contrato nº 36/2012.	
Nº de Ordem 04 – Classificação de despesa incompatível com o serviço de seguro obrigatório e empenhos emitidos como “dispensa de licitação”, quando o adequado seria “inexigibilidade”;32.1: Pagamento de restos a pagar utilizando-se recursos recebidos para quitação de empenhos do orçamento do exercício de 2013. – Recomenda-se que sejam feitos somente com recursos específicos para essa finalidade.	
Nº de Ordem 05 – Ajustes na minuta do Relatório de Gestão exercício 2013	
Nº de Ordem 06 – Item 2.1.: Suprimir divergência entre a exigência editalícia e o fixado em cláusula contratual; Item 2.2.: Aprimorar mecanismos de controles internos relacionados às pesquisas de preços; Item 3.3.: Providências quanto a instrução formal de processo administrativo.	
Nº de Ordem 07 - Atualização de contas a aprovar e situação final do convênio	
Nº de Ordem 08 – Atualização de contas a aprovar e situação final do convênio.	
Nº de Ordem 09 – Item 27.1 e 27.2: Acerto de lançamento contábil; 27.3: Análise de saldo referente a empenho inscrito em “Restos a Pagar Processados”.	
Nº de Ordem 10 – Procedimentos adotados pelo Censipam, no tocante a escrituração no SIAFI das despesas de ressarcimento de servidores requisitados de outros órgãos e de empresa do poder público.	
Nº de Ordem 11 – Prestar informações sobre o código e denominação da UPAG de Censipam, indicando o órgão vinculador registrado no SIAPE, com nome e CPF, matrícula SIAPE e endereço eletrônico institucional.	
Nº de Ordem 12 – Item 46.1: Divergência na Natureza da Despesa entre lançamento da dispensa no COMPRASNET (3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física) e na emissão de empenho (3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica); Item 46.2: Permanência de saldo referente a empenho inscrito em Restos a Pagar Processados, com pagamento parcial em 20/01/2014, e sem pagamento até a data da auditoria.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	044072
Síntese da Providência Adotada	
Nº de Ordem 01 – Providência adotada conforme recomendação.	
Nº de Ordem 02 – Não foram constatadas pendências.	
Nº de Ordem 03 – a): Conforme justificada da Assessoria de Desenvolvimento e gestão de Pessoas- ADEGEP, o desconto de saúde suplementar do referido servidor foi pago na rubrica “rendimentos” e descontado na rubrica “descontos” o mesmo valor de R\$ 309,00, estando o novo cálculo feito pela ADEGEP de acordo com a recomendação da Ciset; b):A Universidade Federal do Pará – UFP em ofício PROPEP 0030/2014, solicitou que o Censipam formalizasse os procedimentos da Orientação Normativa nº 05/2013, sendo encaminhado ao referido servidor a Nota Técnica nº 01/2014 e a UFP o ofício nº 115/2014-Censipam/SG-MD de 20 de março de 2014; c): O Censipam encaminhou proposta de alteração da cláusula quinta do contrato e a compensação solicitada pela Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa-Ciset, ficando a pendência de observar-se a vinculação da referida compensação ao escopo do contrato, conforme parecer jurídico 107/2014/CONJUR/MD/CGU/AGU. Foi finalizado com a celebração de Termos Aditivos ao Contrato nº 36/2012, sendo o primeiro Termo realizado para alteração da cláusula quinta e sexta alterando a forma de pagamento e o segundo termo vinculado ao Suporte Técnico Assistido de 160 horas.	
Nº de Ordem 04 – para o empenho 2013NE800127 ocorreu a impossibilidade da regularização da inconsistência, por motivo do encerramento do exercício de 2013. Para o exercício de 2014, providência adotada conforme recomendação.; 32.1: Providência adotada conforme recomendação.	
Nº de Ordem 05 – Providência adotada conforme recomendação.	
Nº de Ordem 06 – Item 2.1., 2.2. e 2.3.: Conforme contido no item III – Conclusão, tais recomendações foram providenciadas para verificações futuras.	
Nº de Ordem 07 - Convênios dado baixa no SIAFI, situação atual concluída.	
Nº de Ordem 08 – Convênios dado baixa no SIAFI, situação atual concluída.	
Nº de Ordem 09 – 27.1, 27.2 e 27.3: Providências adotadas conforme recomendação.	
Nº de Ordem 10 – Providência adotada conforme recomendação.	
Nº de Ordem 11 – Providência adotada conforme recomendação.	
Nº de Ordem 12 – Item 46.1: Houve orientação pela Setorial Contábil/MD para acerto do lançamento, porém impossibilitado no momento tendo em vista que o CNPJ estava com irregularidade fiscal; Item 46.2: ocorrência regularizada por meio da arrecadação financeira – DARF (2014DF800684).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Nº de Ordem 01 - Resolução de pendências e melhoria dos processos	

Nº de Ordem 02 - Melhoria dos processos
Nº de Ordem 03 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 04 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 05 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 06 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 07 - Resolução de pendências
Nº de Ordem 08 - Resolução de pendências
Nº de Ordem 09 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 10 - Resolução de pendências e melhoria dos processos
Nº de Ordem 11 - Resolução de pendências
Nº de Ordem 12 - Resolução de pendências
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
As recomendações dos órgãos de Controle do MD facilitam na melhoria dos processos internos das áreas, promovendo interface entre os mecanismos de elaboração, análise e controle, propiciando agilidade com qualidade na finalização da atividade.

10.2.2 Deliberações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.10.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			044072
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria nº 091/2014-GEAUD/CISSET/MD.	2.1, 2.2 e 2.3	Mem 445/2014/Geaud/Ciset-MD, de 09/12/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			044072
Descrição da Recomendação			
Nº de ordem 01 – Melhoria e regularização dos procedimentos internos referentes a licitações e contratos, pagamentos e convênios.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CENSIPAM (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia)			044072
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Nº de ordem 01 – Encerramento do exercício e estudo e avaliação das pendências e suas correções.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.3.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	149	-	149
	Entregaram a DBR	149	-	149
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Siape

10.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Conforme a PORTARIA INTERMINISTERIAL MP /CGU Nº 298, DE 6 DE SETEMBRO DE 2007, todos os agentes públicos, no âmbito do Poder executivo Federal devem preencher Formulário de autorização de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física para fins do cumprimento à exigência contida no § 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, o acesso às declarações anuais apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 3º do decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

A portaria prevê o preenchimento do referido formulário em substituição à entrega de cópia de declaração de bens e valores pelos servidores

10.4 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO A.10.4 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, José Henrique Moraes Madeira, CPF nº 250.290.880-91, Diretor de Administração e Finanças, exercido no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Brasília, 25 de março de 2015.</p> <p>José Henrique de Moraes Madeira Ordenador de Despesas</p>

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

As transformações verificadas nos últimos anos no cenário econômico mundial vêm resultando em necessidades de mudanças e adaptações em diversas áreas. No que se refere à Contabilidade Pública, o marco inicial das mudanças ocorreu em 2008, com a edição da Portaria nº 184/08, do Ministério da Fazenda, que destaca a necessidade de se promover a convergência das práticas contábeis vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, tendo em vista as condições, peculiaridades e o estágio de desenvolvimento do país, de forma que os entes públicos disponibilizem informações contábeis transparentes e comparáveis, que sejam compreendidas por analistas financeiros, investidores, auditores, contabilistas e demais usuários, independentemente de sua origem e localização.

Nesse contexto, tornou-se necessária a implantação de um Novo Modelo de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, tendo como objetivo convergir às práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A edição de Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) Técnicas e Profissionais fazem parte do processo que busca assegurar a evolução das Ciências Contábeis. Assim, o Conselho Federal de Contabilidade editou as NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão; e NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público.

No âmbito deste ministério, cabe à Divisão de Contabilidade a coordenação das ações necessárias para adequação das normas contábeis. Dentre outros, destaca-se as seguintes ações da Divisão de Contabilidade adotadas ao longo do exercício de 2014:

Acompanhamento da metodologia de cálculo e da evolução da Depreciação, Amortização e Exaustão nas unidades gestoras vinculadas ao órgão;

- a) Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras;
- b) Análise das Demonstrações Contábeis do órgão;
- c) Participação em seminários sobre a Implantação do Novo Plano de Contas Aplicado a Setor Público; e
- d) Realização de treinamentos com as unidades gestoras vinculada sobre a Nova Contabilidade.

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Em consonância com o estabelecido na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT), bem como em obediência aos dispositivos legais: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei n.º 10.180/2001 e, ainda, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT), os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado deste ministério observam o estabelecido nas normas, a saber:

1. Metodologia de cálculo: Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 47 da Macrofunção;
2. Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 27, do referido documento;
3. Início da depreciação: bens adquiridos ao longo do exercício financeiro de 2010, conforme item n.º 14 da Macrofunção;
4. Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;

5. Impacto no Patrimônio: A partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.

A partir do exercício de 2010, o CENSIPAM passou a efetuar a contabilização da depreciação. Em dezembro de 2012 o impacto deste novo método no Patrimônio Líquido é na ordem de R\$ 2.826.307,94. Em obediência aos normativos emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, para a realização do registro da depreciação, foram definidos os seguintes critérios:

- a) Método de depreciação: Método de Cotas Constantes;
- b) Início da depreciação: bens adquiridos ao longo do exercício financeiro de 2010;
- c) Vida útil dos bens a serem depreciados: utilizado os critérios determinados pela Secretaria da Receita Federal, quais sejam:
 - máquinas - 10 anos
 - veículos - 5 anos
 - móveis - 10 anos
 - imóveis - 25 anos
- d) Taxas anuais de depreciação:
 - Edifícios (sem os terrenos) - 4%
 - instalações - 10%
 - móveis e utensílios - 10%
 - veículos - 20%
 - computadores e periféricos - 20%

11.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

O Decreto nº 7.974, de 01/04/2013 aprova a estrutura regimental do Ministério da Defesa, definindo em seu art. 2º, inciso IV, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM integra os órgãos específicos singulares da estrutura do Ministério da Defesa. Com a edição deste Decreto, coube ao ministério adotar providências no sentido de instituir no órgão a Setorial de Custos, em atendimento à Portaria nº 716, de 24 de outubro de 2011, que dispõe sobre as competências dos Órgãos Central e Setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

No final do exercício de 2014 foi concluído o Projeto de Implantação da Setorial de Custos, com a finalização das seguintes ações:

- Implantação da Setorial de Custos do Ministério da Defesa, por meio da Portaria nº 564/MD, de 12/03/2014;
- Definição das Unidades Gestoras Responsáveis (UGR's);
- Produção dos relatórios, com base no conceito de UGR, em Dezembro de 2014.

A continuidade dos trabalhos a ser desempenhado pela Setorial de Custos está inserida no projeto “Implantação da Sistemática de Custos no Ministério da Defesa”, contemplando a definição da metodologia de custos a ser disseminado no âmbito do ministério, bem como nos demais órgãos que integram a sua estrutura regimental, e envolve os seguintes aspectos:

- a) Definição de Centros de Custos, com o mapeamento das áreas, de acordo com o organograma do órgão;
- b) Treinamento das áreas diretamente afetadas, com o fim de inserir nas áreas a rotina de Custos quando da execução de suas tarefas; e
- c) Orientação na elaboração dos Relatórios de Custos emitidos pelas unidades, prestando apoio e assistência na elaboração dos relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos das unidades administrativas do órgão.

A análise de custos feita no MD foi realizada com base no SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, nos exercícios de 2013 e 2014, e contemplou duas formas de abordagem: análise com base nos Programas e análise com base nos Custos Administrativos.

Com relação aos gastos do Censipam observou-se valor expressivo na Natureza de Despesas 31.90.96.01 – Pessoal Requisitado de Outros Órgãos da APF, haja vista que atualmente o quadro de servidores efetivos do órgão é composto por apenas 52 (cinquenta e dois) Analistas em C&T, da Carreira de Ciência e Tecnologia.

Ainda no ano de 2014 foi encaminhado ao Ministério de Planejamento e Gestão solicitação para autorização de concurso de 105 vagas nos cargos de Assistente em C&T e 127 vagas de Analista em C&T, não autorizada até a presente data.

No que se refere à análise dos Programas de incumbência do órgão, executados pela Unidade Gestora 110511 - CENSIPAM, detectou-se que na Ação20X4 – Sistema de Proteção da Amazônia, há variações em relação ao exercício anterior, merecendo destaque para as seguintes Naturezas de Despesas, que apresentaram oscilações expressivas:

- a) 33.90.14.14 - Diárias no País: Redução haja a vista a necessidade de atendimento das missões realizadas por militares.
- b) 33.90.15.14 – Diárias no País (militar) e 33.90.33.01 – Passagens para o País: Houve um aumento tendo em vista missões realizadas na área de inteligência e operacional com nivelamento de informações, bem como acompanhamento/fiscalização das antenas VSAT.
- c) 33.90.37.01 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional: Houve um aumento nos valores devido às repactuações, bem como a necessidade de contratação de apoio técnico administrativo para suprir a deficiência do cargo efetivo do órgão.
- d) 33.90.39.08 - Manutenção de Software: necessidade de contratação de serviço de atualização (Upgrade) e fornecimento de licenças para softwares da família ArcGis.

11.3 Conformidade Contábil

A Conformidade contábil é realizada pela Setorial Contábil do Ministério da Defesa e consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Siafi. É o procedimento no qual a Setorial Contábil registra a ausência ou incidência de ocorrências durante o período em análise.

Essa certificação tem como base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de Registro de Gestão, o Manual Siafi e outros instrumentos que subsidiam o levantamento das ocorrências contábeis. Os instrumentos utilizados para o levantamento das ocorrências contábeis constituem em verificações realizadas no Siafi, por meio de transações específicas que auxiliam na identificação de inconsistências que porventura existam.

O registro da Conformidade Contábil ocorre mensalmente, nas datas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que é o Órgão Central de Contabilidade. Do registro da conformidade contábil depreendem-se as seguintes situações:

- a) sem ocorrência = quando foram observadas as seguintes situações cumulativamente:
 - ausência de inconsistências ou desequilíbrio nas Demonstrações Contábeis;
 - as atividades fins do Órgão estiveram espelhadas nas Demonstrações Contábeis;
 - ausência de ocorrências nas transações >CONCONTIR, > CONINCONS e >CONINDBAL, nos dados contábeis da UG, do órgão, do órgão vinculado ou do órgão superior;
 - inexistência de contas contábeis com saldo invertido na transação >BALANCETE, exceto aquelas contas em que é permitida a inversão de saldo, cuja situação não representa, propriamente uma inconsistência;
 - ausência de restrições nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis em que a UG tenha registrado a Conformidade de Registro de Gestão; e

- ausência de inconsistências que comprometem a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações, os instrumentos de análise disponível no Siafi.

- b) com ocorrência = quando forem observadas as situações elencadas no item anterior, outros mecanismos que estejam à disposição do conformista e os esclarecimentos constantes do Manual Siafi.

No âmbito do Ministério da Defesa, a Divisão de Contabilidade é a área de gestão interna que atua como órgão Setorial Contábil de Unidade Gestora; Setorial Contábil de Órgão; e Setorial Contábil de Órgão Superior. Sua função é acompanhar e orientar as unidades gestoras na regularização das ocorrências contábeis para que essas sejam efetuadas dentro dos prazos estabelecidos de forma a evitar a reincidência das mesmas; assim como prevenir o aparecimento de outras inconsistências no encerramento de cada exercício financeiro, como saldos irrisórios ou residuais, informando ao controle interno as providências não adotadas para o saneamento das ocorrências ou inconsistências apontadas.

A unidade gestora 110511 – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, é a unidade responsável pelos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como a responsável por efetuar a consolidação da movimentação patrimonial dos Centros Regionais de Porto Velho (UG 110572), de Manaus (UG 110573), e de Belém (UG 110586). Em 2014 a Divisão de Contabilidade do Ministério da Defesa acompanhou as contas das unidades gestoras do CENSIPAM e promoveu os registros referentes à Conformidade Contábil de unidade.

Ao longo do exercício, constatou-se que houve maior incidência nas unidades gestoras 110572 – Centro Regional de Porto Velho, 110573 – Centro Regional de Manaus, e 110586 – Centro Regional de Belém, nos códigos de Alerta (302, 315 e 319), sinalizando a existência de ocorrências que impediram a verificação da regularidade nos registros. Os códigos de Ressalva (603, 640, 610 e 674) foram os que mais incidiram na unidade gestora 110511 - CENSIPAM, sinalizando a existência de ocorrência contábil que não reflete adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis. A seguir, um resumo das principais ocorrências registradas em 2014:

CONFORMIDADE CONTÁBIL DE UG - MAIORES OCORRÊNCIAS:

UG	CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS
110511	603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	3
	610	SAQUE COM CARTAO DE PAGTO SEM LIQUID. DESPESA	1
	640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	3
	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	1
	SUB-TOTAL		8
110572	302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	3
	315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	3
	SUB-TOTAL		6
110573	302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	3
	315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	4
	SUB-TOTAL		7
110586	302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	3

315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	4
319	FALTA REGISTRO DE RESTRICAO	1
SUB-TOTAL		8
TOTAL DE RESTRICÖES		29

Das ocorrências apontadas ao longo do exercício de 2014, todas foram sanadas até a data de encerramento do exercício.

11.4 Declaração do contador atestando conformidades das demonstrações contábeis.

QUADRO A.11.4 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA			110511
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO – RO (SIPAM)			110572
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			

Local	Brasília-DF	Data	
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO REGIONAL DE MANAUS – AM (SIPAM)			110573
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CENTRO REGIONAL DE BELÉM - PA (SIPAM)			110586
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9 - DF

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema de Proteção da Amazônia coleta, processa e difunde as informações sobre a Amazônia Legal. É composto por três subsistemas principais:

- Subsistema de aquisição de dados: constituído por rede de sensores, incluindo sensoriamento remoto por satélite, equipamentos para coleta de dados meteorológicos, hidrológicos e ambientais, monitoração das comunicações e radiodeterminação, radares fixos, transportáveis e aeroembarcados e radares de abertura sintética.
- Subsistema de telecomunicações: constituído por uma rede digital de serviços integrados, dotados de antenas, transmissores e repetidores utilizados para transmissão de dados dos sensores aos Centros Regionais e ao Centro Coordenação Geral, disponibilizando serviços de voz, texto e imagem.
- Subsistema de tratamento e visualização de dados: componente principal dos centros regionais e CCG e composto de variada gama de recursos computacionais necessários à integração e interpretação das informações adquiridas.

Os principais riscos à execução do planejamento, em 2014, disseram respeito, quanto à questão administrativa, à dificuldade de preenchimento do quadro efetivo, por meio de concurso público; dificuldade de definição e padronização de processos de trabalho; elaboração de indicadores e acompanhamentos de metas. Apesar dessas dificuldades, o Censipam vem aprimorando a sua equipe de planejamento, e participa, junto ao Ministério da Defesa de Grupo de Trabalho para mapeamento de processos. Outra solução que está sendo implementada é a contratação de consultoria especializada para melhorias de gestão do órgão processos e trabalho e formulação de indicadores.

O Censipam, no ano de 2014 programou parcerias com órgãos do governo federal com vistas a adquirir ferramentas eletrônicas (softwares) para a melhoria da gestão.

Em relação aos produtos finalísticos do órgão, encontrou-se dificuldades quanto à escassez de insumos para o tratamento de imagens de satélite e imagens colhidas por meio de sensores em aeronaves. Outra dificuldade foi à indisponibilidade no mercado de banda de comunicação via satélite, dado o excesso de demanda de empresas privadas de telecomunicações, em face dos eventos desportivos vindouros, o que dificultou a prospecção dos serviços do órgão. Essas questões foram administradas com a prospecção de acordos com países que dominam tecnologias satelitais como China, Índia e França.

A restrição imposta pelo contingenciamento dificulta a execução dos projetos previstos, fazendo com que haja um replanejamento deixando alguns projetos importantes para serem realizados futuramente.

A atual estrutura do Censipam é constituída por três Centros Regionais (CRs), localizados em Belém/PA, Manaus/AM e Porto Velho/RO e um Centro de Coordenação Geral (CCG) em Brasília/DF.

Centro de Coordenação Geral do Censipam



Centro Regional de Belém (CR/BE)



Centro Regional de Manaus (CR/ MN)



Centro Regional de Porto Velho (CR/PV)

